



# Diário Oficial do Poder Legislativo

1ª Sessão Legislativa  
da 12ª Legislatura

ANO XLIV

RIO BRANCO - AC, 12 DE JUNHO DE 2007

N.º 3613

## MESA DIRETORA

**EDVALDO MAGALHÃES**  
Presidente

**JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

**ELSON SANTIAGO**  
2º Secretário

**HELDER PAIVA**  
1º Vice- Presidente

**ANTONIA SALES**  
2ª Vice- Presidenta

**WALTER PRADO**  
3º Secretário

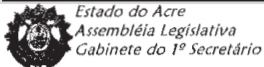
**NOGUEIRA LIMA**  
4º Secretário

## GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Taumaturgo Lima  
PMDB - Chagas Romão  
PSDB - Donald Fernandes  
BPR - Moisés Diniz  
PP - Maria Antonia  
PSB - Delorgem Campos  
PPS - Idalina Onofre  
PMN - José Luis  
PDT - Luiz Calixto  
PTN - Zé Carlos  
PT do B - Gilberto Diniz

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Chigo Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Perpétua de Sá, Taumaturgo Lima, Ney Amorim.  
PPS - Idalina Onofre, Tarcísio Medeiros.  
PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.  
PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga.  
BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva.  
PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.  
PMN - José Luis, Élon Santiago.  
PDT - Luiz Calixto.  
PP - Maria Antonia.  
PTN - Zé Carlos.  
PT do B - Gilberto Diniz.

**ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO****PORTARIA N. 73/2007**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 602/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **Francisco Rildo de Souza Castro**, Analista Legislativo, CL."B", CÓD.PL-NS-101, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de **2/7/2007 a 31/7/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aleac.ac.gov.br

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 74 /2007**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 620/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria da Conceição Alves Hanan**, Técnico Legislativo, CL."B", CÓD.PL-NM -301, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **dois meses de Licença-Prêmio**, a contar de **18/6/2007 a 16/8/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 75 /2007**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 600/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Odinéia Vieira do Nascimento**, Auxiliar Legislativo, CL."B", CÓD.PL-NB -401, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de **1º/6/2007 a 30/6/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

**PORTARIA N. 76 /2007**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 601/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **Evaldo Izidoro da Silva**, Apoio Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NE-501, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de **1º/6/2007 a 30/6/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 77 /2007**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 599/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **Joaquim Ferreira de Araújo Neto**, Auxiliar Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NB -401, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de **1º/8/2007 a 30/8/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 78 /2007**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 595/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria Adelma Valério**, Auxiliar Legislativo, CL."B", CÓD.PL-NB -401, Ref. 12, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de **1º/8/2007 a 30/8/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 79 /2007**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 615/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Adalmira Medeiros do Nascimento**, Auxiliar Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NB -401, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de **11/6/2007 a 10/7/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

  
Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

PORTARIA N. 80 /2007

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 618/2007, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora **Acy Maria Prado Pacifico**, Técnico Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, **quinze** dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de **15/5/2007** a **29/5/2007**, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

  
Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

PORTARIA N. 81 /2007

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 498/2007, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria Clementina Aboaxe dos Santos**, Auxiliar Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NB-401, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, **trinta** dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de **2/5/2007** a **31/5/2007**, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

  
Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

PORTARIA N. 82 /2007

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 619/2007, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Solange Maria Teixeira de Oliveira**, Técnico Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, **quinze** dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de **15/5/2007** a **29/5/2007**, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

  
Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

### 35ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 6 de junho de 2007

Presidência: Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**

Secretaria: Deputado **GILBERTO DINIZ**

**PRESENTES:** Deputados MAZINHO SERAFIM, NALUH GOUVEIA, NEY AMORIM, PERPÉtua DE SÁ, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, MOISÉS DINIZ, HELDER PAIVA, do **BPR**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, do **PMDB**; DONALD FERNANDES, do **PSDB**; WALTER PRADO, do **PSB**; ELSON SANTIAGO, JOSÉ LUÍS, do **PMN**; MARIA ANTONIA, do **PP**; IDALINA ONOFRE, TARCÍSIO MEDEIROS, do **PPS**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**; GILBERTO DINIZ, do **PT do B**.

**AUSENTES:** Deputados CHICO VIGA, JUAREZ LEITÃO, do **PT**; LUIZ GONZAGA, do **PSDB**; DELORGE CAMPOS, do **PSB**; ZÉ CARLOS, do **PTN**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

## EXPEDIENTE

**Ofício GAB/CG n. 47/2007**, de autoria do Deputado Estadual, Celso Giglio, encaminhando ao Presidente da Casa, Deputado Edvaldo Magalhães, a minuta que sugere modificações à Proposta de Emenda à Constituição n. 50/2007, que tem por objeto a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União – DRU e a contribuição sobre Movimentação Financeira – CPMF;

**CARTA**, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, Walton Alencar Rodrigues, solicitando o endereço eletrônico de cada um dos Deputados desta Casa, para que possam receber as informações prestadas pelo Tribunal, ao final de cada sessão de suas Câmaras e do Plenário;

**OF/PJDC/AC/n.62/2007**, de autoria da Promotora de Justiça, Alessandra Garcia Marques, comunicando que ajuizou, até o presente momento, 3 (três) Ações Cíveis Públicas – Algumas já em fase recursal – em desfavor do Município de Rio Branco, nas datas de dezembro de 2002, abril de 2003 e junho de 2006, tratando, respectivamente, dos seguintes temas: reduzir o valor da tarifa de transporte coletivo urbano (autos nº 001.02.015994-4), obrigar a Municipalidade a realizar processo licitatório para contratação de empresas prestadoras do serviço de transporte coletivo urbano (autos nº 001.03.003514-8) e, ante ao reincidente abuso do poder público, mais uma vez, reduzir o valor da tarifa em comento (autos nº 001.06.009685-4 no âmbito dessa Promotoria Especializada).

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – De acordo com o Parágrafo 3º do artigo 3º do Regimento Interno desta Casa, daremos posse ao Deputado Tarcísio Medeiros. Solicitamos aos Senhores Líderes, que conduzam ao plenário da Casa o Nobre Deputado.

Convidamos o Deputado Tarcísio Medeiros a prestar o seu compromisso Regimental.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (PPS) - “Prometo desempenhar fielmente o mandato que me foi confiado, dentro das normas Constitucionais e legais da República e do Estado, servido com honra, lealdade e dedicação ao povo do Estado do Acre. Assim o prometo”.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Declaramos empossado o Deputado Tarcísio Medeiros. Gostaríamos de chamar a Deputada Naluh Gouveia, para que possa colocar o bôton Parlamentar no paletó do Deputado.

E convidamos também a Deputada Idalina Onofre, para que possa fazer a entrega do Regimento Interno e da Constituição Estadual.

## PEQUENO EXPEDIENTE

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) - Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Tarcísio é um prazer tê-lo aqui neste Poder. V. Ex. sabe o quanto é querido.

Senhor Presidente, ontem eu fui representar a Assembléia Legislativa na plenária das mulheres de Senador Guimard e não pude vir à Sessão. Há dias que eu queria apresentar um Projeto de Lei, o qual vou entregá-lo em vossas mãos. Esse projeto contém várias assinaturas de alunos do período noturno da FIRB. Infelizmente, eles não puderam fazer esse trabalho com os alunos da manhã. O que esses discentes estão pedindo é que acabe com a cobrança de R\$ 45,00, por cada aluno, para estacionar o carro no pátio da FIRB.

Os argumentos que os alunos encaminharam para mim é de que isso, além de ser uma exploração, é também uma falta de descumprimento do processo, pois eles fizeram o vestibular e não tinha nenhuma cláusula dizendo que teriam que pagar pelo estacionamento, ainda mais com esse valor exorbitante, principalmente para estudantes.

Hoje, nós sabemos que tem estudante que entra com dezessete, dezoito anos numa faculdade e a maioria nem emprego tem. E com dezoito anos muitos pais dão presente um veículo, alguns vão com o carro da família. E esse valor é um absurdo.

Então, eu estou apresentando um projeto, o qual dispõe sobre a cobrança de taxa de estacionamento nas faculdades particulares ou públicas de ensino superior no âmbito do Estado. (LENDO)

Espero que essa matéria tenha o aval de todos os Deputados e Deputadas, porque é um absurdo vermos instituições de nível superior cobrando uma taxa de quarenta e cinco reais, por aluno, para que ele possa estacionar o seu carro.

Gostaríamos de passar às mãos do Presidente da Assembléia o abaixo assinado, como também o ofício que me foi encaminhando, para que apresentasse o seu teor em forma de Projeto de Lei.

Obrigada.

(Sem revisão do orador)

Deputado **GILBERTO DINIZ** (Líder do PT do B) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, gostaria de dar as boas vindas ao Deputado Tarcísio Medeiros e também ao Deputado Ney Amorim.

Quero registrar a preocupação da comunidade de Sena Madureira, através de um ofício da Câmara de Vereadores, do Vereador Jair Alves e também do Presidente da Câmara, Jairo Cassiano Barbosa, que apresenta um abaixo-assinado com quatrocentos e vinte assinaturas colhidas dos moradores ribeirinhos do Iaco, que reivindicam neste momento a limpeza dos rios e que providências sejam tomadas pelos órgãos ambientais do Governo ou até mesmo pelo próprio Deracre.

Nós sabemos que as águas começam a baixar em toda região, então a preocupação desses moradores com referência a limpeza dos rios, começa com a vazante do rio Iaco. No forte do inverno para viajar ao Alto Iaco gasta-se em torno de dois dias e meio, agora com a redução do nível das águas essa viagem fica mais difícil devido a quantidade de entulhos depositados nos rios, que dificultam a navegação.

Portanto, a população daquela região pede a atenção do governo para essa situação, pois sabemos que isso acontece também nos rios Purus, Muru, Juruá, em todos os afluentes do Rio Acre. Precisamos com urgência, trabalhar para criar um programa voltado para essa questão da limpeza dos nossos rios. A nossa preocupação maior é que os grandes seringais de Sena Madureira, se concentram às margens desses rios, que no verão parecem um roçado mal queimado. Para passar por suas águas temos que disputar o espaço com as várias árvores que vão se acumulando durante as enchentes. Então, essa é a preocupação dos moradores ribeirinhos, o difícil acesso, pois às vezes, eles são obrigados a usar canoas passando por cima de pau e pedra para chegarem ao município.

Uma outra questão que nos preocupa é o aeroporto de Sena Madureira. Já tivemos um aeroporto, só que devido ao crescimento e a expansão da cidade, a pista de pouso ficou inviável porque estava localizada no centro da cidade. E agora há um aeroporto provisório, ao longo da BR-364, Km 7, mas a pista precisa de uma raspagem urgente. E já solicitamos ao Prefeito, juntamente com o Deputado Marzinho que fosse feito um serviço de terraplanagem lá mas, infelizmente, nada ocorreu até o presente momento. A nossa preocupação é que no futuro ocorram acidentes com as pequenas aeronaves que fazem o tráfego aéreo entre Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa, pelo fato de não haver manutenção no campo de pouso.

Então, essa é a preocupação dos Vereadores de Sena Madureira, manifesta através desse abaixo-assinado pelos ribeirinhos e que foi encaminhado ao nosso gabinete. Gostaria que debatêssemos mais profundamente esse assunto, se possível, junto ao Deracre para que esse

serviço de limpeza dos rios seja realizado na época exata em que o rio Iaco estivesse bastante seco, para que o seu leito seja desobstruído.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MAZINHO ZERAFIM** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero dar boas-vindas ao companheiro Tarcísio Medeiros e às pessoas que nos assistem, eu quero falar um pouco de Sena Madureira, minha cidade, pois desde o início do meu mandato ainda não falei especialmente daquele município, no qual o Governo Federal está financiando uma obra, só que o Prefeito não fez planejamento na hora certa e agora quer expulsar as pessoas de suas casas, colocando-as na invasão e também quer tirar a rede elétrica. Portanto, as pessoas e as empresas vão ficar sem energia.

Hoje, estou apresentando duas indicações: uma para o DEAS e outra para a Funasa. A do DEAS diz respeito a uma obra que está sendo construída em Sena Madureira, que, com certeza, prejudicará aproximadamente trinta famílias que não têm rede de esgoto e que usam a água de um cacimbão que há à margem da estrada. E a população está com medo que essa obra destrua esse cacimbão. Eu já pedi ao Secretário Bestene, mas até o presente momento ele não tomou nenhuma providência a respeito desse assunto. Então estou apresentando essa indicação para o DEAS, para que o Secretário faça uma visita a Sena Madureira e veja a situação. São em torno de vinte famílias que moram às margens da BR que vão ficar sem água.

Quero pedir, encarecidamente, ao Prefeito que não expulse essas famílias das suas casas, que não as coloque em casas de invasão pois essas pessoas têm casa e moram há muitos anos nesses locais. Que o Prefeito compre um terreno dentro da cidade, em um local digno e dê para essas pessoas pois o local que eles moram tem rede de esgoto e energia e na invasão sabemos que não tem. Cobramos isso, pois quando se fala em Sena Madureira pensam que é Nova York.

Há poucos dias houve um Seminário, quando eu tive o prazer de convidar vários Deputados, Ney Amorim, Walter Prado e Elson Santiago, para dar uma volta na nossa cidade, que está se esvaindo em buracos e tenho certeza absoluta que o nosso Governo olha com carinho para aquele município, tanto é que lá tem uma indústria de asfalto.

Solicito ao nosso governo que faça parceria com a Prefeitura de Sena Madureira, para que tape um pouco dos buracos e que, dessa forma, possamos ajudar o Governo do Estado e que ele continue fazendo as obras, como tem feito nesses últimos dois anos. Então, é isso que quero dizer a respeito dessa obra, que está iniciando em Sena Madureira.

A outra questão é referente a Funasa, que cuida da saúde dos índios naquele município, esse órgão está em situação precária. Então peço ao Diretor da Funasa, que faça uma visita e converse com os funcionários desse órgão a respeito dessa situação.

Quanto a BR-364, já estamos no verão e todos os dias aparecem de dois a três buracos criminosos. Fiz várias reivindicações e uma delas foi referente as patrulhas do Deracre que estão trabalhando, só que precisamos tapar urgentemente alguns buracos como aquele que ceifou há poucos dias a vida de um engenheiro da Eletroacre. Que eles dêem preferência para a recuperação dessa BR-364. Todo o dia eu vou e volto a Sena Madureira e hoje quase acontece um acidente comigo, pois têm alguns trechos perigosos.

(Sem revisão do orador)

Deputado **HELDER PAIVA** (BPR) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, eu não posso deixar de dar boas-vindas ao Deputado Ney Amorim, e quero dizer-lhe que no dia de sua posse eu me encontrava no Município de Cruzeiro do Sul, representando o nosso Presidente. E também expressei votos de boas-vindas ao colega Deputado Tarcísio Medeiros.

Sejam todos bem-vindos, desejo-lhes muito sucesso e que Deus abençoe o mandato tanto do Deputado Ney como do Deputado Tarcísio.

Eu iria tratar de outro assunto, mas como só tenho dois minutos, eu vou apenas informar a esta Casa, que estou apresentando algumas Indicações, para que o Governo do Estado, através do Departamento de Trânsito sinalize as estradas de Rio Branco a Senador Guimard e de Senador Guimard a Plácido de Castro, visto que elas praticamente não têm sinalização. E isso tem causado muitos transtornos às pessoas que passam diariamente nessas estradas.

Também quero informar ao Deputado Mazinho que me causou alguma estranheza esse problema citado por V. Exa. em relação ao Prefeito Nilson Areal, o qual é do meu partido, mas eu levo em consideração as suas reivindicações e vou conversar com o Prefeito Nilson Areal para saber realmente o que está ocorrendo em relação a essa questão. Como V. Exa. é um Deputado atuante e é daquele município, deve estar muito bem

informado. E eu espero que, se houver falha por parte do Prefeito Nilson Areal que ele possa rever isso, o mais rápido possível.

Na próxima Sessão eu continuarei falando sobre esse assunto.  
Muito obrigado.  
(Sem revisão do orador)

## GRANDE EXPEDIENTE

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, somente hoje estou desejando boas-vindas, em nome do Partido dos Trabalhadores, ao Deputado Ney Amorim, pois no dia da posse não deu para todos os Deputados e Deputadas falarem. Não o conheço tão bem como conheço o seu pai. Eu trabalhei dois anos com o Vereador Josué Amorim, juntamente com o Deputado Helder e se você fizer um trabalho igual ao do seu pai, fará um excelente mandato e ajudará muito a bancada do Partido dos Trabalhadores. Seu pai é um homem muito humilde e extremamente dedicado. Então, acho que você tem que se espelhar na sua figura. O PT lhe acolhe com os braços abertos, para que possamos fazer um bom trabalho. Seja bem-vindo e no que depender dessa bancada V. Exa. terá todo apoio.

Senhor Presidente, eu queria dizer que dia oito, sexta-feira, vai ser inaugurado um hospital, que para nós acreanos e acreanas é da mais alta valia. Refiro-me ao Hospital do Câncer e nós vamos ter a presença do Ministro Temporão que é ligado ao PMDB, mas eu quero, inclusive, parabenizar esse partido pelo excelente Ministro.

Ele soube colocar a discussão do aborto no momento certo, inclusive, o Papa estava perto de vir ao Brasil, mas ele soube dissociar estado de religião e colocar o aborto como problema de saúde pública.

A discussão não é ser a favor ou contra. A discussão é que milhares de mulheres estão morrendo ao fazerem um aborto na clandestinidade, Deputada Perpétua, sem ter as mínimas condições de higiene e financeira. Essa é a discussão!

Trata-se de Saúde Pública no País e o SUS tem que fazer essa interrupção que nós mulheres precisamos ter. O que vemos são mulheres que têm dinheiro fazendo essa interrupção em clínicas especializadas e mulheres pobres morrendo. Tendo que aplicar Citotec com uma caneta, o que acarreta ferida no útero, causando muitas mortes ou tumores.

Isso é tão sério que chega ser o quarto motivo de morte entre as mulheres no Brasil. É um caso de calamidade pública. Neste momento nós estamos falando e uma mulher está morrendo. Essa é a discussão. Nós não podemos ser hipócritas. Nós não podemos aqui ir para uma discussão, sendo a favor ou não, ou porque eu sou católica, ou protestante. É como se discutíssemos a cor da gaiola e não a liberdade do pássaro.

A discussão deve ser feita entre mulheres e homens, pois muitos companheiros assistiram a morte de suas esposas. Essa é a discussão que temos que enfrentar. E mesmo o Ministro Temporão tendo esse nome estranho, gostei da sua postura. Nós temos que discutir a questão do aborto sob essa visão de saúde pública, é importante que a coloquemos no dia-a-dia.

Senhor Presidente, eu não estarei aqui em Rio Branco no dia da inauguração do Hospital do Câncer, mas gostaria que os Deputados e Deputadas me representassem. O Câncer é uma doença traidora, perversa e mais cruel ainda é o tratamento, porque como nós temos tratamento no Estado, a pessoa tem que se separar da família.

Nós temos o companheiro Walter Prado que passou mais de 60 dias em tratamento tendo ao seu lado apenas a sua esposa; sua fiel companheira do dia-a-dia. Aquela que se faz presente na saúde e na doença; na felicidade e na tristeza. A mulher tem dessas coisas, no momento mais difícil do homem é ela quem está ao seu lado. Que isso sirva de exemplo para todos os companheiros: que tratem suas mulheres com respeito.

Companheiro Walter, quantas vezes eu liguei para saber como V. Exa. estava e a sua mulher sempre dizia: “Naluh, está mal, mas estamos dando toda a força, toda a assistência”.

O pior é não estar longe da família, dos amigos. Fora, o paciente tem uma despesa muito grande. São meses e meses fora do Estado e tem que gastar com hospedagem, além de ser uma doença horrível, traidora, assassina, que desespera a alma.

Deputado **WALTER PRADO** (PSB – EM APARTE) – Deputada Naluh, eu queria parabenizar V. Exa. pelos temas que coloca aqui nessa Sessão. E dizer também da minha alegria com a possibilidade, agora, do Acre dispor desse tratamento. E como V. Exa. fala é realmente uma coisa terrível. Eu sempre procurava conversar com o nosso companheiro e irmão Cartaxo e eu acho que a saúde pública do Acre dá um

salto muito grande. Esse projeto partiu do Senador Tião que viu o sofrimento, e a dificuldade das pessoas que são acometidas dessa doença. Com certeza esse hospital é uma das maiores obras que o Governo faz, onde as pessoas vão poder, efetivamente, fazer seu tratamento sem ter que se deslocar do Estado. Parabéns a V. Exa. pelo tema que aborda.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Obrigada Deputado Walter Prado, o seu depoimento só fortalece o meu pronunciamento.

Quero dizer que dois companheiros me fazem lembrar demais desse momento. A Assembléia, ontem, votou, por unanimidade, para que esse hospital tenha o nome de Francisco Cartaxo. Mas tem uma outra companheira maravilhosa, linda, que graças a Deus ainda está conosco, porém está lutando contra essa doença horrível, que é a nossa querida Juíza Tapajós. Ela também tem passado muita dificuldade. Inclusive o próximo requerimento que eu vou apresentar, Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, é que a inauguração do Centro Sócio Educativo para Meninas infratoras, leve o nome da nossa querida e amada Juíza Tapajós. A Tapajós foi uma das fundadoras da casa “Amigos do Peito”, que faz um trabalho belíssimo. São aqueles companheiros que acolhem mulheres e homens que têm problema de Câncer.

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputada Naluh, eu gostaria só de discordar quando a Senhora fala que o Ministro Temporão disse que o aborto é um caso de saúde pública. Se eu estivesse perto dele, eu acho que puxaria a sua orelha. Eu acho que é caso de polícia, porque no meu entender a vida que está no ventre da mulher, não é dela, é da criança, é outra vida. Então, se quer evitar um aborto, existe outras maneiras: que se veja a questão do planejamento familiar, mas não querer, vamos dizer, matar uma criança indefesa. Para mim seria caso de polícia.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Essa discussão é extremamente pertinente. E, aí, eu, particularmente, discordo da companheira. Eu sou uma defensora radical de que aquela vida pertence a mulher. E não foi por acaso que Deus fez o cordão umbilical. O cordão umbilical serve justamente para dizer que aquele filho pertence a mulher. A partir do momento que corta o cordão, aquela vida pertence a uma outra pessoa. Mas naquele momento pertence a nós. E somos nós mulheres que temos que ser consultadas.

Eu sou uma mulher que tenho que decidir sobre o meu corpo e a minha vida. Não é o Estado, não é a religião e nem as concepções que cada um tem. Minha concepção é minha, enquanto mulher. Só uma mulher sabe o quanto é difícil tomar essa decisão mas só ela tem que torná-la, porque é muito fácil falar sobre campanhas preventivas, de que tem anticoncepcional nos postos de Saúde, mas essa não é a realidade brasileira. A realidade brasileira é de morte de mulheres pobres, meninas de 14, 15, 16, 17 anos brancas e negras. Mortas nessas clínicas clandestinas no dia-a-dia e é preciso ter muita coragem para dizer se é a favor ou não do aborto.

Agora essa discussão é difícil mesmo. Para você ter uma idéia no meu partido ninguém tomou posição, porque é uma questão de foro íntimo e por mais que as mulheres, as militantes do Partido dos Trabalhadores tenham uma atuação grande na questão de debates, não podemos nos manifestar nos meios políticos, religiosos, ou partidários. Somos colocadas como assassinos, como acontecia na Idade Média, muitas inclusive, foram mortas em fogueiras. Então, até isso é difícil para discutir nas ruas, porque somos taxadas como assassinas, aquelas mulheres que querem tirar a vida, de uma criança.

No entanto, ninguém discute a nossa vida, a vida das adolescentes, das crianças. Principalmente as da classe pobre, que estão sendo mortas. Mas eu compreendo, respeito e aceito. É uma discussão difícil, mas que precisamos enfrentá-la.

Quero terminar, Senhor Presidente, falando ainda da questão do Hospital do Câncer. Esse Hospital vai ser referência para que possamos cada vez mais colocar o Estado do Acre na grandes discussões nacionais. Nós precisamos avançar também na questão das pesquisas. Hoje, nós temos muitas ervas, sementes, plantas, que estão, inclusive, servindo para grandes pesquisas nacionais. O Acre tem que começar a entrar nessa discussão, porque são nossas plantas, é a nossa biodiversidade que está sendo levada para fora, para servir de remédio.

Estes dias, descobriu-se que a secreção de uma aranha, que só tem na Amazônia, serve para ereção do homem. Tem o Viagra, mas os homens que têm problemas cardiovasculares, de pressão alta, não podem tomar esse medicamento. Então, essas coisas são nossas, são daqui do Acre, da Amazônia e precisamos estar discutindo as nossas potencialidades. É inadmissível que não tenhamos aprendido com os nossos avós, com as

nossas mães, a importância do Mastrus, da Copaíba, do Mel de abelha. Será que temos que esperar que outros façam essa pesquisa.

Para concluir, Senhor Presidente, eu só quero o empenho de V. Exa. para que possa colocar o nome do nosso companheiro Cartaxo, no Hospital do Câncer, como também da nossa querida e amada companheira Tapajós no Centro Sócio Educativo.

Eu estou estudando sobre a Lei de Diretrizes e Bases, para que possamos fazer uma discussão sobre essa questão.

(Sem revisão do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nós estivemos reunidos com o sub-Secretário aqui na Assembléia Legislativa para tratar a respeito da saúde do Vale do Juruá, e eu desejaria que, além de todos os problemas que foram expostos, se priorizasse a questão do TFD, que até hoje não foi tratado como deveria ser.

Na reunião anterior com o Secretário de Saúde, eu expus a ele o problema de uma adolescente que tem um tumor no joelho e está esperando uma ressonância magnética há três anos. Ela veio a tratamento de saúde de Cruzeiro do Sul, com 17 anos em maio de 2005, e retornou a Cruzeiro do Sul, em agosto; voltou em janeiro de 2006 e até hoje está à espera dessa ressonância que seria feito em uma semana.

O povo não pode ficar à mercê da vontade do Secretário. Não pode ter tanta paciência. Uma pessoa não pode ser refém da boa vontade do Secretário que não se importa sequer com o sofrimento e com a vida dessa adolescente. Nesse sentido, Senhor Presidente, eu quero que se priorize o TFD, o qual não pode ser tratado como qualquer coisa.

Quero também, concordar com a Deputada Idalina e discordar com todo respeito, da Deputada Naluh Gouveia, pois os debates que ela traz, têm temas muito bons. O problema do aborto é muito delicado, tem seus prós e contras. Na verdade, eu sou contra, porque a criança não é a extensão do corpo da mãe; não é como uma unha que podemos cortar, assim como nosso cabelo. Um filho é um ser que está dentro de nós, não nos pertence; ele é livre, ele foi criado por Deus com liberdade, desde sua concepção, tanto é que sua digital é diferente da nossa.

Nós não podemos dizer que um filho faz parte do nosso corpo. Não faz! Ele é diferente em tudo. Deus já lhe deu suas características próprias, sua liberdade e sua vida própria. Portanto, a mulher não pode dizer: que vai interromper sua gestação agora, uma vez que o embrião foi concebido, a não ser que a mãe o mate.

Então, se esse Ministro do PMDB, que do meu partido, pode ser a favor do aborto, eu não sou e se quer ajudar as mulheres ele pode, basta criar programas de prevenção à gestação e a promiscuidade, para serem divulgados nas escolas e meios de comunicação. Aí sim ele estará ajudando a nossa sociedade. No entanto, se ele é a favor de se cometer um crime, impedindo o desenvolvimento da vida, não considero isso ajuda. Deus criou o ser humano livre, desde o ventre da sua mãe

(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos e amigas que se encontram no Salão do Povo, a quem eu saúdo com a paz do Senhor Jesus Cristo, o tema debatido aqui, em relação à saúde das mulheres é muito importante, mas hoje, eu quero trazer para debate, nesta Assembléia, uma preocupação permanente referente aos adolescentes e às crianças do Acre.

Um levantamento feito pela Polícia Rodoviária Federal do Acre, detectou a existência de 51 pontos de prostituição infantil no Acre. E a maioria desses pontos se encontram aqui em Rio Branco. Esse é um assunto sério e eu quero tratá-lo como uma causa, que eu pretendo de agora em diante, certamente com o apoio de todos os Deputados, colocar na pauta desta Casa.

Esse relatório é confidencial, mas aqui, eu estou me referindo a ele, porque já foi publicado em jornal. Então, quando tive acesso a esse relatório, eu percebi que a situação é grave, por isso apresentei uma sugestão, na próxima terça-feira, para que o Secretário de Segurança Pública, organize, urgentemente, uma força-tarefa das polícias, porque aí também pode ser incluída, Deputada Naluh, a própria Polícia Federal. O Acre está sob a égide de um sistema de segurança pública integrado, onde todas as polícias, na hora da necessidade e na hora da preocupação com a sociedade, podem perfeitamente trabalhar ações em conjunto.

Houve um tempo em que esse assunto foi tema de debate aqui. E efetivamente, nesses últimos seis meses, esse problema tem se agravado em nossa capital. Eu tenho certeza que o Dr. Monteiro, o qual também é uma pessoa preocupada com tudo o que é relacionado à Segurança Pública, acatará a nossa sugestão e fará essa força-tarefa, para que realize ações de

prevenção, pois isso é o mais importante em Segurança Pública.

Com o advento do governo Lula foi formalizado, através do Ministro da Justiça, que as forças policiais brasileiras, em determinado momento, poderão se juntar, embora desenvolvendo ações institucionais diferentes, mas nessas situações elas podem se juntar numa grande força-tarefa para combater a prostituição infantil, não só em Rio Branco, mas também nas rodovias federais e principalmente nesse eixo da nossa divisa com a cidade de Porto Velho, que pelo estudo feito é onde mais se prolifera esse problema no Brasil.

Então, a nossa proposta é que se faça uma efetiva força-tarefa para se combater com rapidez e com eficiência esse problema, porque o mais difícil já foi feito, que é o trabalho de inteligência. Portanto, a partir de agora é ação, ação e ação. E se for preciso vamos convocar a própria sociedade, através dos Conselhos Tutelares e das organizações civis, para que façamos um efetivo combate à prostituição infantil no Acre.

Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia a todos aqui no salão do povo, graças a Deus, terei mais tempo para poder abordar dois assuntos. A Deputada Antonia Sales falou muito bem quando disse que nós mulheres não somos donas do nosso corpo, Deputada Naluh. E quando eu falo que a questão do aborto é uma questão de polícia é porque você pode perguntar para uma mulher quantas vezes ela cortou as unhas e os cabelos que ela não sabe, mas pergunte a uma mulher quantas vezes ela já fez aborto que ela sabe. Isso porque a sua própria consciência não a deixa em paz e nós estamos correndo um risco, Deputado Walter Prado, de termos uma sociedade de mulheres doentes mentais, porque a mulher não é dona da vida do seu filho. Daqui a pouco vamos precisar de licença para matar, porque se o filho é meu, eu posso dispor da vida dele. Eu não concordo com isso e essa posição não é por questão religiosa mas sim por princípio e fé.

Todos sabem que, hoje de manhã, o sub-Secretário de Saúde veio à Assembléia e eu não concordei com o que ele falou. Ele apresentou um projeto muito bonito, Senhor Presidente, mas não foi isso que eu solicitei. Eu pedi explicações para os R\$ 1.000,00 que os médicos aqui de Rio Branco, ganham, por dia, no Vale do Juruá. Enquanto os médicos que residem lá, continuam ganhando R\$ 4.400,00 para trabalhar quarenta horas, inclusive eu tenho o contra-cheque de um deles para provar isso.

Eu quero que o Senhor Secretário vá, juntamente com a Comissão de Saúde, ao Vale do Juruá, a Tarauacá e Feijó, onde for necessário, para promover um grande debate, Deputada Antonia Sales, juntamente com os médicos e os representantes do quadro de funcionários. Nós precisamos esclarecer como vai ficar a situação do Hospital do Vale do Juruá, porque até agora nada foi esclarecido. Os médicos não sabem para onde vão. E nós queremos manter, pelo menos, o que nós já temos lá, porque nós corremos um sério risco de perdê-los.

Deputado **WALTER PRADO** (PSB – EM APARTE) – O aparte é apenas para dizer a V. Exa. que a questão do Hospital de Cruzeiro do Sul é um assunto pertinente. Aquele hospital foi projetado para ser um hospital regional, que atendesse as cidades de Tarauacá e Feijó já ligadas a Cruzeiro do Sul. E fazendo uma análise apenas na esfera administrativa, seria também um auxílio para o SUS de Feijó e Tarauacá. De Tarauacá a Cruzeiro do Sul leva-se três horas de viagem nesse período de verão. Seria muito importante a conclusão desse Hospital. Nós nos colocamos à disposição para, se for o caso, marcarmos uma audiência com o próprio Secretário de Saúde.

Deputado **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS) – Eu gostaria que após o recebimento desse Requerimento fosse disponibilizado, com a maior urgência, pelos motivos que eu já expliquei, pois não podemos perder mais nenhum profissional. E pelo que vemos, conforme o que o sub-Secretário colocou, sabe o que é que ele vai atrair para cá? Talvez mosquitos, porque com essas vantagens que o Governo está oferecendo, médicos não vêm para cá.

(Sem revisão do orador)

## ORDEM DO DIA

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 56/2007, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Donald Fernandes, “Solicitando que seja realizada no dia 21 de junho do corrente Sessão Solene alusiva a Semana Nacional Antidrogas,

com a participação de entidades que trabalham no combate a Dependência Química no nosso Estado”.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, eu ia apresentar Requerimento com igual teor, então queria ver se o Deputado Donald concordar em marcar essa Sessão Solene para o dia 19, porque há uma programação das entidades, que vai do dia 18 ao dia 26. E o nobre Colega está solicitando a realização dessa Sessão Solene para o dia 21.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Deputada Naluh, o Deputado Donald já tinha tratado com a Presidência sobre a realização dessa Sessão e sugerimos que a Sessão Solene fosse realizada dia 21, visto que dia 18 estaremos fazendo o debate sobre Reforma Política. Aí ficaríamos dois eventos seguidos e congestionaria a nossa pauta, por esse motivo peço a compreensão de V. Exa.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 15 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências. Está encerrada a Ordem do Dia.

## EXPLICAÇÃO PESSOAL

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje esta Casa conta com cinco Deputadas. Desde 1990 até a legislatura passada nós só tínhamos duas, nessa última havia três, mas antes eram apenas duas Deputadas. Por termos divulgado tanto o trabalho das Deputadas que aqui representaram nosso povo e porque representam tão bem as mulheres hoje temos cinco. Isso é muito bom, porém temos que compartilhar cada vez mais com as mulheres, já que no Parlamento a maioria é masculina, mas tenho certeza que com o trabalho que elas farão, virão mais mulheres para este Poder.

Nós já temos alguns anos de mandato e é um prazer imenso voltar a esta Casa para continuar esse trabalho, mesmo que seja por um curto espaço de tempo. Mas eu me orgulho muito por estar de volta. Agradeço a Deus por ter me dado mais essa oportunidade e também aos eleitores que sempre confiaram em mim para representá-los aqui.

Continuarei fazendo oposição ao governo que aí está, mas da forma que sempre fiz, uma oposição propositiva.

Eu comentava com o Deputado Ney Amorim, o qual parece ser o Deputado mais novo daqui, que em 90 quando fui eleito pela primeira vez, eu tinha 27 anos. Na época, era o Deputado mais novo aqui na Assembléia. Hoje sou mais experiente, mas continuo jovem, Deputado Helder Paiva.

Mas, Senhores, eu quero continuar na Casa com essa boa amizade que construí ao longo dos mandatos com todos os Senhores, mas sempre fazendo minhas reivindicações.

Agora mesmo eu estava vendo um dos jornais local, onde os presidentes de associações rurais estavam cobrando do Governo a recuperação daquele maquinário que deveria ter sido feita no mês passado, para manutenção dos ramais. E nós não estamos vendo essas máquinas trabalhar. Nós sabemos das dificuldades que o Governo enfrenta. O Governo passado fez muita propaganda e pouco agiu na área rural, mas o Governador Binho, numa conversa que tivemos, disse que vai olhar muito por essa área. Todos os ramais estão praticamente intrafegáveis, e já estamos no mês seis, no meio do ano.

Então Deputados, nós queremos conversar com esses presidentes de associações para que dêem andamento a essas obras, mesmo que não seja definitivo, Senhor Presidente, mas que seja aquele trabalho paliativo que dê trafegabilidade, pelo menos, o restante do verão. Existe aquela velha questão das máquinas começarem os trabalhos só no meio do ano. Com isso diminuí cada vez mais o tempo para aquelas pessoas escoarem sua produção e terem mais condições de viver como cidadãos que pagam seus impostos.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Tarcísio Medeiros, é uma grande satisfação para nós da Oposição contarmos com seu retorno a esta Casa, um Deputado experiente, com quatro mandatos, que conhece bem os corredores desta Casa, os membros deste Parlamento, e certamente nos ajudará a engrandecê-lo nesses próximos quatro meses, durante a ausência justificada do Deputado Nogueira Lima. Transcorridos pouco mais de 150 dias do Governo Binho Marques, nós

daqui da Assembléia, começamos a cutucá-lo, pedindo providências para que o Governo saia do Estado de dormência em que se encontrava, e uma das ações que foi apresentada pela bancada governista, para dizer que o governo não estava parado, não estava adormecido, foi um evento no pátio do Deracre, onde Sua Excelência, o Governador do Estado, apresentou um grande equipamento, assinou alguns milhões em convênios, dizendo exatamente que aquele ato significaria o início do seu governo e que este não estava mais deitado em berço esplêndido. Mas pela informação de V. Exa. parece que aquele ato não saiu das telas da televisão. Se os ramais estão intrafegáveis, se as máquinas não estão funcionando, nós podemos afirmar que o Governo fez propaganda enganosa, levando inclusive vários Deputados para aplaudi-lo, sem que de fato essas máquinas estivessem a serviço daqueles que realmente necessitam.

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputado Tarcísio, agora, juntos, temos mais tempo para falar. Quero cumprimentá-lo e dizer que sua chegada aqui é muito bem vinda. Quanto à participação das mulheres, agora, com maior número de mulheres, eu tenho certeza de que V. Exa. vai notar uma Assembléia mais humana, mais dinâmica. Ontem, um senhor falou para o meu marido que no dia que as mulheres mandarem neste país, os homens vão plantar rosas. Eu achei muito bonito isso e quero partilhar com vocês. Meu marido já está plantando rosas. Gostaria de dizer que a mulher é mais humana e coloca amor em tudo que faz.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (PPS) – É verdade Deputada Idalina, e eu sou um dos que mais gosta de mulheres, tanto é que eu amo minha mãe, amo as pessoas que convivem comigo, amo minha mulher e trato todas com o maior carinho. Eu dizia aqui na Assembléia que tinha que ter mais mulheres aqui para representar as mulheres.

As três mulheres que passaram este último mandato aqui, Deputadas Naluh, Antonia Sales e Dinha fizeram seu trabalho com muita competência, é tanto que as Senhoras vieram e estão aqui abrilhantando e tornando o Parlamento mais plural. Isso é muito bom e nesse período que as Senhoras vão conviver comigo, verão que eu defendo com muita ênfase as mulheres, tanto aqui na Assembléia como fora daqui.

(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa, pessoal no Salão do Povo, primeiramente, eu quero parabenizar e dar as boas-vindas ao companheiro Tarcísio, nosso amigo e companheiro de vários mandatos. Também quero dar as boas-vindas ao Deputado Ney Amorim, porque eu ainda não tinha vindo à tribuna. Portanto, sejam todos bem-vindos e vamos lutar para juntos fazer um trabalho cada vez melhor aqui nesta Casa.

Deputado Tarcísio V. Exa. foi um Deputado aqui nesta Casa, que sempre se preocupou com a área rural e com os agricultores. Outro dia, eu abordei a questão daquelas patrulhas que foram compradas pelo Inkra. Em cada município tinha uma patrulha para trabalhar nos projetos de assentamentos. Depois o Governo pegou essas patrulhas e não se vê mais esse maquinário. Além disso o Inkra, todos os anos, repassa não sei quantos milhões de litros de óleo, mas a ação do poder público é muito pequena, principalmente na área rural.

Eu até falei aqui que ia fazer um requerimento, solicitando à Mesa que realize uma audiência pública para tratar dessa questão. E agora, Deputado Tarcísio, eu o convido para apresentarmos juntos, visto que V. Exa. é um companheiro preocupado com a área rural e que faz um trabalho em defesa do homem do campo, o qual, às vezes, tem mais dificuldade do que quem mora na cidade. Então, que juntos nós façamos esse requerimento para averiguar de perto essa situação, a fim de cobrarmos do poder público melhorias para os nossos agricultores, porque nós estamos vendo que a cada dia está ficando mais difícil para o homem do campo se locomover da área rural para a cidade, pois os ramais estão intrafegáveis.

Deputado Tarcísio, mais uma vez eu convido V. Exa. para juntos apresentarmos esse requerimento, solicitando uma audiência pública, para discutirmos problemas relacionados à área rural e à agricultura, mas também para verificarmos por que as patrulhas não estão nos projetos de assentamento.

Obrigado!

(Sem revisão do orador)

**36ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 1ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA****Realizada em 12 de junho de 2007****Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES****Secretaria: Deputado WALTER PRADO**

**PRESENTES:** Deputados CHICO VIGA, MAZINHO SERAFIM, NEY AMORIM, PERPÉTTUA DE SÁ, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, MOISÉS DINIZ, HELDER PAIVA, do **BPR**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, do **PMDB**; DONALD FERNANDES, LUIZ GONZAGA, do **PSDB**; DELORTEM CAMPOS, WALTER PRADO, do **PSB**; ELSON SANTIAGO, do **PMN**; MARIA ANTONIA, do **PP**; IDALINA ONOFRE, TARCÍSIO MEDEIROS, do **PPS**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**; ZÉ CARLOS, do **PTN**; GILBERTO DINIZ, do **PT do B**.

**AUSENTES:** Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, do **PT**; JOSÉ LUÍS, do **PMN**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

**EXPEDIENTE**

**OF.GAPRE.N. 387**, da Desembargadora Izaura Maia, Presidente do Poder Judiciário do Estado do Acre, em resposta ao Ofício n. 16/GABP, concernente ao Requerimento n. 20/2007, de autoria do Deputado Moisés Diniz;

**Ofício n. 342/GAB**, do Senhor Eduardo Vieira, Secretário de Obras Públicas e Habitação, em resposta ao Ofício n. 191, concernente ao Requerimento n. 440/2007, de autoria do Deputado Delorgem Campos;

**Moção de Aplauso n. 6/2007**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Tarcísio Medeiros**, o qual manifesta “Aplauso a Congregação dos Irmãos Maristas de Cruzeiro do Sul”;

**Projeto de Lei n. 21/2007**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, que “Dispões sobre a cobrança de taxas e/ou aluguel de estacionamento nas faculdades particulares ou públicas de Ensino Superior no âmbito do Estado do Acre”;

**Indicação n. 45/2007**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Mazinho Serafim**, convidando o Senhor José Bestene, Diretor Geral do Departamento Estadual de Água e Saneamento – DEAS, para na Câmara Municipal de Sena Madureira, em data acertada com o seu gabinete e amplamente divulgada nos meios de comunicação, discutirem as ações e projetos de Governo Estadual na área de saneamento;

**Indicação n. 46/2007**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Mazinho Serafim**, solicitando o apoio da Assembléia Legislativa, no sentido de tomarem providências dos inúmeros problema, e irregularidades existentes na Funasa em Sena Madureira;

**Indicação n. 47/2007**, de autoria do Deputado **Helder Paiva**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Diretoria do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens – DERACRE, proceda à recuperação dos trechos esburacados e depressões da BR-317 no sentido Xapuri – Brasília, como forma de prevenção de acidentes automobilísticos;

**Indicação n. 48/2007**, de autoria do Deputado **Helder Paiva**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Diretoria do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, proceda a sinalização nas proximidades do Hospital Geral de Brasília – Dr. Roberto Chaar, onde está ocorrendo o desbarrancamento da encosta do rio, como forma de controle e prevenção de acidentes automobilísticos;

**Indicação n. 49/2007**, de autoria do Deputado **Helder Paiva**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Diretoria do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, proceda a sinalização na Rodovia AC-40, no sentido Senador Guimard – Plácido de Castro, como forma de controle e prevenção de acidentes automobilísticos;

**Indicação n. 50/2007**, de autoria do Deputado **Helder Paiva**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Diretoria do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, proceda a sinalização na Rodovia AC-40, no sentido Rio Branco - Senador Guimard, como forma de controle e prevenção de acidentes automobilísticos;

**Indicação n. 51/2007**, acompanhada de justificativa, do

Deputado **Donald Fernandes**, encaminhando ao Excelentíssimo Senhor Governador, o Anteprojeto de Lei que “Estabelece a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais aos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem no Estado do Acre”.

**PEQUENO EXPEDIENTE**

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ontem, próximo ao meio dia, o Governador do Estado, Binho Marques, nos convidou para ir até à Casa Oficial do Governo e lá estendeu o convite para que nós assumíssemos a liderança do Governo.

Apesar de já haver notícias nos bastidores, na Imprensa e na política, eu fiquei surpreso, porque sinceramente, minha trajetória tem sido sempre na periferia da política. Terei muita dificuldade em exercer essa função e gostaria de utilizando uma frase de, um grande pensador Chinês chamado Lao Tsé, dizer que “uma longa viagem de mil milhas, inicia-se com um movimento de um pé”.

Gostaria de iniciar essa função pedindo permissão à Mesa, para ir até o Líder da Oposição e cumprimentá-lo. Ao fazer este gesto, Deputado Donald, é um sinal de que a base de sustentação do Governo e sua liderança, compreende que, na Democracia, a Oposição é um elemento fundamental. E nós vamos nos esforçar para respeitar as opiniões e as divergências. E, naturalmente, quando considerarmos necessário, faremos o devido combate de forma respeitosa, tentando trabalhar as idéias que circulam no Acre e nunca descendo para o debate pessoal ou familiar. Eu acho que é isso que tem engrandecido o Parlamento Acreano.

Nós, aqui na Assembléia, junto com toda a bancada, vamos representar um Governo que está insistentemente dizendo que quer fazer algo novo no Acre. E o mesmo pensador acima citado afirma que: “Governa melhor quem governa menos”.

O Governador Binho Marques tem dito que quer transferir o governo ao povo, às associações, aos sindicatos de trabalhadores, empresários e às igrejas. Enfim, ser mais Estado e menos governo, porque quando é mais Estado a participação da sociedade é mais ampla e quando é mais Governo a participação é mais política e até mais partidária.

Ontem me perguntaram se eu mudaria alguma coisa. Eu respondi: apenas a roupa que sujar, porque o meu estilo será o mesmo; o meu coração é o mesmo. Apesar de alguns afirmarem que o coração do homem de estado deve estar na cabeça, o meu vai continuar no mesmo lugar, porque eu compreendo que para liderar é preciso marchar atrás e esse vai ser o meu papel aqui, de estar com os meus companheiros da Frente Popular para que não tenha aqui o Líder do Governo, mas existam os líderes do Governo que defendem esse projeto. E por fim, cito uma frase de Pablo Neruda: “o meu único personagem inesquecível foi a chuva”.

Eu, vim lá de Tarauacá, das lutas populares, que inclusive o Deputado Walter Prado acompanhou; nós já estivemos em campos opostos, mas sempre nos respeitamos. Quero dizer que continuarei ao lado do povo do Acre e defendendo os meus sonhos. Eu até brincava com o Governador: se aqui ou ali eu disser um palavrão, o Presidente vai retirar dos anais, mas eu quero continuar do mesmo jeito. A única coisa que eu sei que vai mudar é que vou trabalhar mais, porém sempre junto da nossa bancada, porque a bancada da Oposição aqui é muito menor do que a nossa, mas tem muita qualidade, e é preciso qualidade também de nossa parte para fazermos um debate digno.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Esta Presidência cumprimenta ao Deputado Moisés Diniz e deseja-lhe sucesso nessa nova tarefa.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhoras Deputados, inicio parabenizando o Deputado Moisés Diniz pela ascensão ao cargo de Líder do Governo, dizendo-lhe que deve ser uma tarefa extremamente honrosa para quem lidera uma bancada. Parabeno, sobretudo, seu partido, o PC do B, que gradativamente vai se empoderando, já que esse é o termo da moda, junto à Frente Popular. Deputado Moisés Diniz, não por maldade, tenho certeza disso, mais V. Exa. me causou um grande problema, ao contrário de V. Exa. que foi convidado pelo Líder do Governo, eu nunca fui titulado e nunca me auto-intitulei Líder da Oposição. Talvez esta carapuça caia na minha cabeça, seja da minha medida, por ser o Deputado da Oposição que mais usa essa tribuna, que mais debate. Penso que seja por isso. No entanto não me considero líder; cada um tem suas convicções. Nós nunca fizemos uma reunião para

deliberar sobre isso. Talvez a minha vontade de debater, de questionar e de denunciar me faça, às vezes, passar à frente dos outros Deputados, e talvez por isso algumas pessoas me intitulem assim.

Senhor Presidente, o nosso Líder do Governo talvez tenha que começar a exercitar a sua grande tarefa a partir de hoje, dizendo ao Governador Binho ou mais precisamente ao vice-Governador César Messias, que ele pode quase tudo, mas não pode tudo. Ele tem que respeitar a autonomia desta Assembléia Legislativa, sobretudo, os seus Deputados, se ele não quiser devotar nenhum respeito à Oposição, para que tiremos da Lei de Diretrizes Orçamentárias um parágrafo que é uma verdadeira censura ao exercício parlamentar, um verdadeiro obstáculo à vontade que algum Deputado poderia ter em fazer proposições, para modificar o orçamento do Estado. Eu considero ser a principal lei que nós votamos aqui. Se alguns Deputados não querem exercitar esse direito ou já se sente contemplado com a discussão que é feita internamente, dentro do Poder Executivo, quero dizer que eu não me contento. A LDO deste ano traz uma verdadeira aberração, uma verdadeira limitação ao papel do Deputado.

A LDO que norteou o Orçamento de 2007, foi votada no ano passado, muitos Deputados que hoje estão aqui não estavam naquele momento. Eu votei contra, mas lá não consta nenhuma limitação ao Poder do Deputado e esta aqui, Senhor Presidente, meus amigos Deputados, contém um parágrafo incluído no artigo 10 que, se bem analisado por aqueles que querem exercer o seu mandato com autonomia, com liberdade, é uma verdadeira censura. Vejam o que diz o parágrafo 1º: As emendas ao projeto de Lei Orçamentária para exercício de 2008 deverão ter exclusivamente como fonte de recursos a reserva de contingência, ou seja, se algum Deputado achar que dentro da Secretaria de Educação tem uma verba, uma dotação orçamentária e que queira mudar, Deputada Antonia Sales, ele não pode. Se o mesmo quiser fazer com a verba da Secretaria de Comunicação, como já foi feito muitas vezes aqui, mesmo que sejam derrotados em plenário, os Deputados não podem porque suas emendas só poderão anular aquilo que estiver na reserva de contingência. Para V. Exas. terem uma idéia, o Orçamento do Estado elaborado ano passado gira em torno de 1 bilhão e 700 milhões de reais e a reserva de contingência é de dois milhões e seiscentos mil, ou seja, já não podemos, pela Constituição, mexer nas verbas destinadas a pessoal as dívidas e aos encargos que são carimbados e agora já não podemos mais mexer sobre nenhuma. Portanto, vamos convencer o Governador de que mesmo que a maioria dos Deputados não queiram fazer emendas ao Orçamento, por já se sentirem contemplados pelas determinações do Poder Executivo, mas isso é um direito, mas que o Governador não tire o direito da Oposição questionar, de apresentar emendas ao Orçamento e se alguém quiser derrotar a emenda de algum Deputado, que a derrote no plenário.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvintes no Salão do Povo, saúdo a todos com a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo. Inicialmente eu quero dizer ao meu particular amigo, Deputado Moisés Diniz da nossa alegria, porque tenho certeza de que V. Exa., na condição de Líder do Governo, será bem sucedido, porque efetivamente é uma pessoa capaz e compromissada, principalmente com as causas populares do Acre. E com isso nós poderemos elevar o debate, especialmente quando se tratar das questões públicas do nosso Estado.

Concordo plenamente com as palavras do meu Líder, Deputado Moisés Diniz, de que nós precisamos de mais Estado e menos Governo. Agora, Deputado Donald, estou apresentando um Requerimento para que o Estado, através de suas instituições republicanas, no caso as polícias, a Secretaria de Segurança Pública, mantêm, de forma rápida, uma força tarefa para combater a prostituição infantil no Acre, que é um crime de ação pública incondicional. Inclusive, a Imprensa local, o Jornal Nacional e a Polícia Rodoviária Federal já notificaram sobre esse assunto. Já foi feito também um levantamento de inteligência, aqui na Capital e nas BRs, que foi notificado no jornal Alto Acre.

Portanto, agora é a vez do Estado agir de forma eficiente. Nós temos essa condição, porque o Acre aderiu ao Sistema Único de Segurança Pública através de uma solenidade ocorrida em frente o Palácio, com a presença do Ministro da Justiça. Então, é perfeitamente possível a composição de todas as forças policiais, no sentido de se organizar essa força tarefa.

Deputado Moisés Diniz, proponho uma ação do Estado através da Assembléia Legislativa, para que esse Requerimento não seja especificamente do Deputado Walter Prado, mas deste Poder. Quero também, nesta oportunidade, pedir aos meus colegas Deputados que nos

dêem apoio para sua aprovação, porque essa questão, repito, é muito grave.

Trago aqui minha vivência de quatorze anos como Delegado de Polícia, percorrendo todo o Estado do Acre. Por isso, eu diria que é de fundamental importância que haja uma ação preventiva neste sentido. Não só uma ação policial, mas quero também propor, na seqüência, um Projeto de Lei, para que essas crianças e adolescentes vitimadas possam ter assistência do Estado. Então, estou elaborando essa matéria, juntamente com um Psicólogo e técnicos da área, para que depois dessa ação, o Estado comece a trabalhar também a assistência, principalmente psicológica.

Brevemente a estrada para Cruzeiro do Sul será aberta, quando haverá trafegabilidade de veículos e esse crime será mais freqüente. E na fronteira com a Bolívia, vários casos de jovens desaparecidos são registrados na delegacia e quando se procedem as investigações, normalmente são pessoas que foram para lá sem o conhecimento da família; atravessaram a fronteira e lá permaneceram.

Portanto, esse é um assunto que eu quero tratar aqui e deixar registrado nos Anais desta Casa, porque não havendo providências, eu vou propor aos Pares que seja instaurado uma CPI, fato este que já foi proposto na outra legislatura, mas por motivos que não nos cabe discutir, foi interrompido. Por isso, eu estou determinado a levar esse assunto até o fim. Espero contar com o apoio de todos os Nobres Colegas, porque esse assunto não é de um só Deputado, mas de toda a população, especialmente dos jovens que são explorados diariamente, em mais de cinquenta pontos espalhados aqui na capital.

(Sem revisão do orador)

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu estive no final de semana no Vale do Juruá e na manhã de sábado fiz uma visita ao Hospital Geral, que alguns já estão chamando de Hospital velho e lá encontrei vários funcionários tristes e inseguros. Ouvi de uma mulher o seguinte depoimento: “Quando o Hospital era novo, nós também éramos novos. Nós envelhecemos junto com ele e hoje, o que vai ser de nós funcionários?”.

Senhor Presidente, aqueles funcionários já estão há nove anos sem reajuste, só aumentou o trabalho. Os funcionários, os enfermeiros do Vale do Juruá dão show, Deputado Luiz Calixto, porque já passou de tudo pelas mãos deles. Eles têm que auxiliar os médicos, porque não existem profissionais suficientes. Uma auxiliar de enfermagem até citou: “Não desmerecendo, mas nós ganhamos menos que um Soldado da Borracha”. Para ganhar mais que um Soldado da Borracha, ela praticamente tem que morar dentro do hospital, porque tem que tirar vinte plantões extras. O Deputado Donald constatou essa situação, nesse final de semana.

Senhor Presidente, aquele hospital vai ficar com apenas um anestesista, apesar dos outros médicos estarem ganhando mil reais por dia. E se tivermos duas emergências, o que vai ser feito? As cirurgias eletivas estão com um atraso de seis meses. Enquanto estão indo médicos daqui para fazer cirurgias eletivas em Cruzeiro do Sul, os Drs. Gilson, José e o Júlio foram proibidos de fazer esse serviço. O Governo propôs para eles que a cada 12 horas de trabalho a mais, pagaria cento e sessenta e três reais. Eles se reuniram e pediram a contratação de mais Ginecologistas, para que possam fazer um trabalho de qualidade, ou pelo menos que seja aceitável.

O Diretor do Hospital não participou da reunião e no final criou-se a maior confusão, com denúncias, inclusive, no Ministério Público. Denúncias infundadas. Os médicos Ginecologistas do Hospital Geral estão fazendo só atendimento ambulatorial e estão aparecendo muitos casos, Dr. Donald, de mulheres com Miomas, Cistos. Essas pessoas são encaminhadas para o Diretor e ele anota em um caderno, inclusive eu vi esse caderno, onde estão os nomes das mulheres que estão para morrer com hemorragia e que não tiveram nenhuma assistência.

Mas o pior foi o caso do Sandy Gomes da Silva, que foi atingido por arma branca quando chegou ao Hospital o procedimento cirúrgico foi realizado, porém não foi feito curativo, porque não tinha gases. Pediram esse material e a anestesia do Guajará. Acho que em breve vão anestesiá-los os pacientes com pancadas na cabeça.

Muitas mães dizem, quando o filho vai para escola, que ele é burro, pois não aprende. Mas não é verdade, acontece que quando a criança chega ao Hospital contrai Malária e devido a febre e convulsões muitos neurônios morrem. Quer dizer, as seqüelas resultam de tratamentos inadequados.

Gostaria também de citar aqui um pensamento de um amigo de meu pai, que se formou na faculdade da vida, nas barrancas do Juruá: “Deus limitou a inteligência, mas a burrice, Ele deixou solta”.

Muito obrigada!

(Sem revisão do orador)

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, Senhoras e Senhores no Salão do Povo, eu parabeno o Deputado Moisés Diniz por ter sido escolhido pelo Governador Binho Marques para essa função nesta Casa. Parabeno também o PC do B, pelo Deputado Moisés Diniz ser seu integrante e ter essa grande missão, que é fazer a defesa do Governo Binho Marques durante os próximos três anos e meio.

Mas eu tenho certeza de que com a sua competência, com a sua compreensão, por todo o trabalho que já vem fazendo, desde lá da sua cidade, Tarauacá, V. Exa. defenderá muito bem o Governo do Estado do Acre aqui na Assembléia Legislativa. Mas quero ir mais além e dizer para V. Exa. que a bancada do PT estará ao seu lado para fazer a defesa do projeto da Frente Popular, que é o projeto de desenvolvimento do nosso Estado. Portanto, parabéns, Deputado Moisés Diniz, sucesso para V. Exa. nesse papel tão bem escolhido pelo Governador Binho.

Deputadas Antonia Sales e Perpétua de Sá, eu estive, neste final de semana, no Vale do Juruá e visitei também Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul e saí de lá com uma grande preocupação com um fato já citado pelo Deputado José Luís: trata-se da ação dessas financeiras que fazem financiamentos para aposentados e estão cometendo um verdadeiro crime contra eles, não só na região do Vale do Juruá, mas em todo Estado do Acre.

Eles estão subindo e descendo rios, ramais, enviando seus funcionários para fazer contato com os aposentados. Pegam procuração dos mesmos e trazem aqui para capital, porque em Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Porto Walter não tem representante e esses financiamentos são realizados. Com o desconto das parcelas, os aposentados não recebem quase nada e estão passando por uma situação de muita dificuldade. Não estão podendo honrar seus compromissos na farmácia e no comércio porque esses financiamento estão sendo descontados em folha e trazendo um verdadeiro problema para essas pessoas.

(Sem revisão do orador)

## GRANDE EXPEDIENTE

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ultimamente eu tenho conversado muito com a Deputada Idalina e fiquei muito animado porque ela tem levantado um tema que desde o mandato passado eu me esforçava em estudar e pesquisar. Trata-se de uma saída real e não política ou imaginária, para uma situação real que é a dos pequenos agricultores, que não têm mais como desmatar para alimentar os seus filhos.

Finalmente, depois de quase dez anos, sempre boicotados pelos Estados Unidos, na última reunião do G 8, os sete países mais desenvolvidos e a Rússia, aprovaram a liberação do seqüestro de carbono para o não desmate. Antes era para as fábricas, para a produção de arroz etc. Mas para manter a floresta em pé não era aprovado.

O Banco Mundial já destinou para o ano de 2007 duzentos milhões de dólares. Então, Deputada Idalina, eu acho que nós precisamos fazer esse debate, a partir da Comissão de Legislação Agrária e Meio Ambiente, com a participação de V. Exa. e trazê-lo para o plenário desta Casa. Com certeza será muito importante.

Um milhão de dólares para o Banco Mundial é um troco, mas para o Estado do Acre é muito dinheiro. Isso é possível, foi aprovado e será beneficiado quem tiver mais eficiência, mais amplitude e um bom projeto.

Então eu gostaria que V. Exa. já sugerisse à nossa Comissão essa Audiência Pública para que possamos trazer um especialista para tratar essa questão.

Quanto a esse debate que o Deputado Luiz Calixto levantou sobre a LDO, é importante também, mas eu acho que nós vamos fazê-lo no âmbito da Comissão de Orçamento. Se não for resolvido lá, aí sim, traremos para o plenário. As Emendas Parlamentares devem ser restritas às reservas de contingências. Inclusive, Deputado Luiz Calixto, na minha opinião pessoal, nós não devemos permitir nenhum cerceamento dos Parlamentares no que diz respeito às Emendas.

Em relação a essa outra questão abordada pela Deputada Idalina, até de forma emocionada, com o coração, sobre os problemas do Juruá, que são naturais de um processo de transição de um Hospital, devo dizer que eu nasci em Cruzeiro do Sul, há 43 anos e quando eu vim para a cidade, em 74, aquele Hospital já estava daquele jeito. Então, a transição para um Hospital moderno, qualificado e com investimentos não é fácil. Apesar de já ter ido 30 toneladas de remédios e equipamentos para lá, apesar da licitação de dez milhões de reais para equipamentos para os três hospitais

do Acre, ainda há problemas. Eu acho Deputada Idalina, que nossa grande saída será a que nós ouvimos do Secretário Adjunto de Saúde: a descentralização. A partir de junho, estarão entrando nos cofres dos hospitais do Acre, quatro milhões de reais. Será dinheiro direto para o hospital.

Eu conversei com o Secretário Adjunto que esteve aqui e ele está disposto a acompanhar a Comissão de Saúde que os Deputados do Juruá já assinaram, para que esta vá até o Juruá, junto com o Secretário de Saúde, reúna os gestores, a sociedade organizada e os Vereadores, pois eu acho que com isso, resolveremos essas questões angustiantes que a Deputada Idalina traz do Juruá, que são naturais de um processo de transição, onde algo que não estava bom, tende a ser muito bom.

(Sem revisão do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero parabenizar o Deputado Moisés Diniz, que hoje, oficialmente, está assumindo o cargo de Líder do Governo. Desejo-lhe muita sorte e acredito que C. Exa. saberá conduzi-lo de maneira republicana, democrática, pois tem o caráter de um seminarista. O Senhor tem princípios e uma educação de primeira, age pela razão e não pela emoção, então, por isso eu acredito que V. Exa. terá um comportamento ilibado e, desde já, desejo-lhe muito sucesso na sua representação.

Deputado, quero lhe fazer um pedido, já que é o novo Líder do Governo, que o Senhor dê celeridade às prioridades do nosso povo, principalmente quanto a Saúde, porque saúde é vida, o povo não pode mais esperar. A população do Vale do Juruá já teve muita paciência, esperou aproximadamente 20 anos, para que o novo hospital fosse construído. Então, é inadmissível que um hospital recém inaugurado já apresente problemas. Apesar de que alguns exames já estão sendo realizados lá, porém é preciso que sejam feitas algumas mudanças, pois o povo está perdido. Quando o paciente chega ao centro médico, dizem: “Não é aqui que se faz esse exame”; “A sua consulta é no hospital velho”.

O que a Deputada Idalina narrou aqui é exatamente a verdade. Chega ao ponto de faltar até água sanitária para esterilizar as roupas de cirurgia, sabão em pó e até gaze. Falta também filme para fazer raios-X e não podemos mais esperar. É muita demora para fazer planejamento. Que tanta incompetência é essa?

Há oito anos há planejamento para que a Saúde funcione e nunca funcionou. E agora já está caminhando para o 9º ano. Eu acho que já dava para saber, neste novo Governo, quais foram os erros do Governo passado, para serem corrigidos agora. O Governador Binho era vice-Governador do Jorge Viana e sabia dos problemas. Então, eu acho que não cabe nenhuma desculpa, o que falta é pôr em ação o que se planeja, para que o povo veja que realmente a Saúde encontrou seu caminho.

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputada Antonia Sales aproveitando o discurso de V. Exa., quero citar o caso de Antonio Wilson da Silva Nascimento, uma criança de um ano de idade que sábado, teve mais de sessenta por cento do corpo queimado. O atendimento do SAMU tem que ser elogiado, só que depois que o paciente é deixado no hospital, no mesmo não há condições de receber assistência. Inclusive, a Dra. Dulcília que atendeu essa criança, queria que ela fosse tratada sem bomba de infusão.

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) - E aqui faço um apelo a todos os representantes do Vale do Juruá, inclusive ao Presidente da Casa e ao vice-Governador que também é de lá, que façam alguma coisa para solucionar esse problema, porque a população não pode pagar pela birra de certos médicos, só porque denunciamos que alguns estavam ganhando R\$ 1.000,00 por uma diária. Nós não nos importamos que eles ganhem mil, dois mil ou até dez mil reais, nós queremos é que eles trabalhem e que haja justiça e igualdade. Que o médico que trabalha lá em Cruzeiro do Sul, também ganhe mil reais por dia. Queremos que todos sejam tratados como profissionais.

(Sem revisão do orador)

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados e amigos no Salão do Povo, somente amanhã vou falar sobre o sistema de Saúde do Município de Cruzeiro do Sul; os Senhores têm reclamado da precariedade que está esse setor lá, estando tão próximos da injustiça que está sendo cometida aqui em Rio Branco.

Deputado Moisés Diniz, fiquei feliz pela sua indicação ao cargo de Líder do Governo. Nós, como sempre, não vamos partir para o lado pessoal, sempre vamos debater idéias. Tenho idéias contrárias as do Governo e pretendo colocá-las aqui, mas com o maior respeito a V. Exa.

Senhor Presidente, gostaria de apresentar o seguinte Anteprojeto de lei. (LEND0)

Temos um Estado onde 12% da nossa população, um pouquinho a mais do que a média nacional, é dependente do álcool, porque o ingerem desde muito cedo. Nós sabemos que uma média de 10% a 11% de brasileiros são usuários do álcool. Aqui no Acre, a taxa é maior, 12%. O álcool não faz apenas uma vítima, em geral atinge a mulher e um filho. Vemos que isso é algo dramático, um problema de saúde pública.

Estamos vendo os acidentes, os suicídios, os assassinatos e a violência urbana, nas mais diferentes modalidades, sendo atribuídos ao alcoolismo e ao uso de drogas.

Às vezes fico preocupado, quando o Governo tenta resolver esse problema, colocando dois soldados armados em cada esquina, ou vários soldados tomando conta do trânsito e aplicando multas.

No Acre, não há por parte do Governo, um programa oficial de controle e combate ao alcoolismo. Portanto, quero pedir ao nobre Deputado Moisés Diniz, que junto com o Governador, elaborem um Programa Estadual de combate e prevenção às drogas.

Essa violência que existe é consequência do uso do álcool, não só pelos dependentes, mas também pelos usuários.

Um soldado armado em cada esquina, não resolve nada, tampouco um guarda de trânsito. A solução para essa questão está dentro das escolas. O que deve ser feito é a prevenção, justamente o que o Governo não faz, porque não dispõe de um programa.

Com um programa de prevenção realizado dentro das escolas, é que iremos solucionar esse problema a longo prazo, com o envolvimento de todos. O tratamento ajuda aqueles que estão morrendo nas sarjetas. É humano oferecemos atendimento e tratamento a quem precisa.

As nossas clínicas estão lotadas de alcoólatras. Não temos condições de atender a todos. Talvez nós atendamos de 1% a 2% dos nossos dependentes, são poucas vagas. E nós precisamos de recursos para essas clínicas. Ao invés de internar 20 pessoas, internaríamos 50 a 100, bastavam recursos. Por isso, quero pedir aos Deputados da Situação que me ajudem. Eu sou Deputado de Oposição e de uma minoria que sofre e quero que esses 5% de ICMS proveniente da bebida alcoólica, sejam revertidos em tratamento, é no mínimo uma justiça social em favor de uma minoria sofredora.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de agradecer o tempo que me foi cedido pelo Deputado Delorgem.

Há uns dois meses, eu e o Deputado Moisés Diniz debatemos com Deputados do Amazonas via satélite e na Rede Globo, sobre a questão dos limites do Acre e da linha Cunha Gomes. Hoje, recebi da Câmara Municipal de Feijó, um documento sobrescrito por todos os Vereadores. E esse assunto que o IBGE abordou me deixou preocupado.

A Câmara Municipal de Feijó-Ac, neste ato representada pelos legítimos signatários abaixo assinado, vem mui respeitosamente em atenção ao Censo/2007, ora realizado em todo o país, especificamente neste Município de Feijó-Acre, expor: como é sabido por todos e por V. Sa. a realidade de nossa região é totalmente antagonica a dos grandes centros. É louvável a utilização dos aparelhos de PDA que são empregados no recenseamento, mas lembramos que a realização do Censo na Zona Urbana é totalmente diferenciado da Zona Rural conforme abaixo:

1 - a Zona Rural não possui energia elétrica, com isso não tem meios de recarregar os aparelhos;

2 - a distância entre as comunidades rurais chegam a ter aproximadamente 5, 6 horas, sendo que muitas das vezes são de dias;

3 - a população da Zona Rural deste município é de aproximadamente 55% (cinquenta e cinco por cento);

4 - a capacidade máxima de carga dos aparelhos é de 02(duas) horas;

5 - na Zona Rural será realizado Censo Agropecuário, onde serão contados além das famílias, os animais etc. Com isso consome-se tempo e bateria dos aparelhos.

Ressaltamos ainda, a rigorosa fiscalização e o recenseamento na fronteira (Cunha Gomes) entre os municípios Feijó/Envira, nos Estados Acre/Amazonas.

Ante ao exposto, solicitamos encarecidamente pela boa sensatez deste conceituado órgão, que seja revisto a possibilidade dos recenseadores utilizarem, neste caso especificamente da Zona Rural, outro meio (como planilhas que eram utilizadas no censo anterior) para que assim os mesmos possam concluir com êxito o recenseamento desta cidade, deixando de prejudicar este município.

Na certeza de podermos contar com vossa generosa colaboração, renovamos votos de estima consideração e apreço.

Atenciosamente,

A Câmara Municipal de Feijó-Acre, através do seu Presidente, Vereador Marcus Antonio Cavalcante Lima, do PMDB, solicita auxílio de V. Exa. no sentido de interceder junto ao IBGE/ACRE, para que sejam tomadas as devidas providências conforme ofício em anexo.

Na certeza de podermos contar com vossa generosa colaboração, renovamos votos de estima consideração e apreço.

Atenciosamente,

Há efetivamente um problema demográfico naquela região que afeta todo o Estado principalmente com a possibilidade da redução da arrecadação, se houve realmente a administração da população. Então, isso é grave e vou pedir, amanhã, que façamos um documento pedindo essas explicações consubstanciadas no próprio Requerimento dos Vereadores. Farei pessoalmente um contato com a gerência do órgão para termos uma explicação técnica sobre esse assunto. Mas a minha sugestão é fazemos uma convocação para termos esses esclarecimentos.

Deputada **PERPÉTUA DE SÁ** (PT – EMAPARTE) – Gostaria de parabenizar V. Exa por esta iniciativa. Realmente, os Prefeitos de Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e dos municípios mais distantes, estão preocupados com esse Censo. Como V. Exa. sabe, a população desses municípios basicamente mora na Zona Rural, os funcionários do IBGE vão fazer o recenseamento e quando o aparelho descarrega eles não voltam. Então isso é muito grave e precisa ser visto com carinho, porque só quem tem a perder é a população e os municípios.

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) - Incorporo com muito prazer o aparte de V. Exa. E não poderia ser diferente haja vista a sua própria tradição é do interior do Estado. Portanto, eu diria que isso é importante e nós vamos promover a vinda da gerência do órgão do IBGE através de Requerimento ou de um convite informal, para que possamos ter a certeza do que está acontecendo, pois acredito que temos que comunicar à nossa bancada na Câmara Federal, para que sejam tomadas as devidas providências.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (PPS) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, também quero parabenizar o Deputado Moisés Diniz e dizer-lhe que não será fácil ser Líder do Governo, assim como não foi para o Deputado Edvaldo Magalhães, mas ele exerceu essa função com muita competência. Sugiro que V. Exa. se espelhe um pouco no seu companheiro, que realmente soube defender, muitas vezes, causas indefensáveis. Mas espero que V. Exa. não precise usar todos os argumentos que o Deputado Edvaldo usou para defender o ex-Governador Jorge Viana. Para defendê-lo o Deputado Edvaldo teve que usar de tudo, principalmente sua sabedoria, como Parlamentar e homem público. Esperamos que com o Governador Binho, V. Exa. não tenha tanto trabalho, mas que tenha a mesma competência que ele teve.

Eu quase cheguei atrasado para a Sessão, porque eu havia chegado de uma viagem e vinha de táxi do aeroporto quando percebi que a Rodovia estava interditada próximo a Vila Custódio Freire. Fui ver o que estava acontecendo e os moradores me disseram Deputado Calixto, que faz de 40 a 50 anos que não tem água naquele lugar. Eles me pediram para falar isso aqui na Assembléia. Já tiveram várias reuniões com o ex-Governador Jorge Viana e ele assinou vários convênios na época da eleição. No entanto, até agora o problema não foi solucionado.

Os moradores daquela Vila só têm água abundante quando chove e como nós estamos no verão, eles têm padecido. Às vezes falta água até para escovar os dentes ou fazer o asseio íntimo.

Eu ouvi atentamente o Deputado Walter Prado, que já foi delegado de polícia de Rio Branco, era o nosso “xerife” e ele falava da necessidade de formar uma força tarefa da Secretaria de Segurança para combater a prostituição infantil e quero dizer-lhe que tanto eu, quanto quase todos os companheiros, principalmente aqueles que nós já conhecemos, estamos de acordo com V. Exa., porque é um absurdo o que vemos pelas esquinas de Rio Branco à noite. É inadmissível que um Estado de quinhentos e poucos mil habitantes não consiga combater esse crime. É lamentável ver aquelas meninas, aquelas crianças se prostituindo para conseguir um prato de comida, uma roupinha íntima ou uma roupa para sair.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) - Deputado Tarcísio Medeiros, esses dados apresentados pelo Deputado Walter Prado, que existem apenas aqui em Rio Branco, cinquenta e um pontos de prostituição, é apenas o retrato falado da miséria em que vive o povo desse Estado. Pode ter absoluta certeza de que as moças e os rapazes que estão nas esquinas da prostituição, não estão lá por prazer, mas o fazem, talvez, por necessidade, por falta de oportunidades, desmascarando o discurso governamental de que esse é o melhor Estado para se viver em região Amazônica.

Mas gostaria de contribuir com o Vosso pronunciamento dizendo que a Assembléia Legislativa não pode delegar poderes para outros órgãos, abdicando de exercer os seus. Nós temos instrumentos para que nós mesmos possamos fazer essas avaliações, esses estudos. Ainda está na memória de muitos, que 24 Parlamentares desta Assembléia, subscreveram um Requerimento propondo a criação de uma CPI para averiguar as causas, os promotores da prostituição infantil do Estado do Acre, porém não sabemos as razões que impediram a instalação dessa CPI.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (PPS) – Como foi no passado, continuarei apoiando a sua atitude e, claro, trazendo para o Parlamento essa questão. O trabalho que podemos fazer aqui, é bem mais eficiente.

Há pouco recebi um convite para participar da Sessão aberta que será realizada em Brasília e quero parabenizar o Deputado Presidente pela maneira como V. Exa. está conduzindo a Casa. Eu sempre dizia que aqui na Assembléia faltava um Presidente mais dinâmico. Tenho certeza de que V. Exa. vai exercer esse papel como ele realmente deve ser exercido. Concorde que temos que retomar esses debates e voltar a fazer aquelas sessões itinerantes que fizemos duas ou três vezes.

Naquela época o Governador Jorge Viana disse ao Presidente que não queria que essas sessões continuassem, porque ele estava sendo muito criticado. Nos municípios, as pessoas, os Vereadores, podiam chegar mais fácil ao Deputado e relatar suas dificuldades e nós expressávamos o que eles estavam achando. Infelizmente, esse trabalho foi interrompido.

Mas agora espero que V. Exa. continue promovendo essas sessões itinerantes. A Situação não precisa ter medo de fazer essas Sessões no interior, porque tem a grande maioria. Apesar de sermos minoria, nós da Oposição queremos participar colaborando com a sua gestão aqui na Assembléia.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, há precisamente seis anos, o Tribunal de Contas do Estado mandou para a Assembléia Legislativa a prestação de contas do ex-Governador Orleir Cameli, mas nós abdicamos do direito de votá-la. Todos os anos, no meio ou no final do ano, nós fazemos aqui, Deputado Donald, aquilo que a Imprensa denomina de esforço concentrado: votamos tudo, ou melhor, quase tudo, porque as contas do ex-Governador Orleir Cameli, nunca são submetidas a votação.

Essa questão nos incomoda e precisamos saber quais as razões pelos quais essas contas não são votadas. A quem interessa que essas contas fiquem mais um tempo dormitando nas gavetas da Assembléia?

Portanto, Senhor Presidente, quero pedir a V. Exa. e ao Presidente das Comissões que coloquem em votação essa prestação de contas para que nós, Deputados, tenhamos a oportunidade de votar a favor ou contra. Nós não podemos deixar que essa situação se estenda por mais alguns anos. Já votamos as contas do ex-Governador Jorge Viana que sucedeu o Orleir e ainda não conseguimos fazer o mesmo com o seu antecessor.

Então, Senhor Presidente, esta é a cobrança que eu gostaria de fazer. Se for necessário apresentar um requerimento, apresentarei para que de uma vez por todas, limpemos definitivamente todas as gavetas; mas limpá-las bem limpas, porque aqui o tal do esforço concentrado não alcança as contas do ex-Governador Orleir Cameli.

Muito obrigado!

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Comunicamos ao plenário que todas as matérias que estiverem tecnicamente prontas para votação, serão submetidas ao plenário, de acordo com os pareceres técnicos e também conforme a conveniência política da Presidência.

Comunicamos ao Deputado Luiz Calixto que V. Exa. terá o prazer de, ainda este ano, se pronunciar nesta tribuna e votar as contas do ex-Governador Orleir Cameli. Como o voto será nominal, cada Deputado

terá condição de defender o seu ponto de vista.

## ORDEM DO DIA

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 57/2007, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Idalina Onofre, com o apoio de quatro Deputados, “Solicitando à Mesa Diretora, o deslocamento da Comissão de Saúde Pública e Assistência Social até o Vale do Juruá, juntamente com o Secretário de Saúde”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, o Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Comunicou a Deputada Antonia Sales também havia solicitado que fosse formada uma Comissão para ir a Cruzeiro do Sul e neste sentido, deferia o Requerimento da Deputada Idalina Onofre em conjunto com o da Deputada Antonia Sales.

Solicitamos ao Presidente da Comissão de Saúde que entre em entendimento com o Deputado Moisés Diniz, para que possa marcar a data do deslocamento dessa Comissão, já que o nobre Líder do Governo se colocou à disposição para acompanhar os Parlamentares.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 58/2007, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Walter Prado, “Solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre, sugerindo a formação de uma Força Tarefa, com participação das Polícias Civil, Militar, Rodoviária Federal e Polícia Federal, para o combate, em todo o Estado do Acre, da prostituição infantil”

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Parlamentares que concordarem com a Matéria permaneçam sentados; os que discordarem, fiquem de pé.

Aprovado por 18 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

Está encerrada a Ordem do Dia.

## EXPLICAÇÃO PESSOAL

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na Sessão passada a Deputada Naluh Gouveia fez um pronunciamento a respeito do aborto, eu particularmente considero esse tema bastante complexo, o qual gerou aqui entre nós Deputadas um desentendimento, diante das opiniões contrárias, o que é normal. Eu e a Deputada Idalina nos manifestamos contrárias a essa idéia, mas temos entre nós pessoas que são favoráveis ao aborto, como o Ministro Temporão.

O feto não é uma extensão do corpo da mulher; a extensão do nosso corpo é o cabelo, as unhas. Ele tem características próprias, tem sua evolução a partir da concepção. É uma vida que não pertence à mãe. Ele tem liberdade e independência no seu desenvolvimento. E se interferimos nisso, estaremos cometendo um assassinato.

Senhor Presidente, Deputada Idalina, eu fiquei muito satisfeita ao ler uma reportagem na revista Isto É, sobre um projeto de planejamento familiar, que será desenvolvido pelo Governo Federal. Isso vem ao encontro dos nossos posicionamentos porque esse projeto ajudará às pessoas que não têm condição de comprar contraceptivos como a pílula anticoncepcional e a camisinha. O jovem que quer namorar e não tem dinheiro para ir a farmácia comprar preservativos. Não sei quanto custa o anticoncepcional, mas acho que não é barato. E com esse projeto a pessoa poderá ir ao Posto de Saúde e adquirir, de maneira gratuita, o contraceptivo oral e o preservativo. O Governo também baixou em 90% o preço da pílula anticoncepcional, principalmente nas farmácias populares. A cartela está saindo pelo valor de R\$ 0,35.

Deputada Idalina, para evitar o aumento do número de aborto, os homens também serão submetidos a vasectomia. Os médicos do SUS que ganhavam R\$ 20,00 por cada cirurgia, agora vão ganhar R\$ 123,00 para fazerem laqueaduras e vasectomias.

Com esse projeto a mulher poderá decidir se quer ter 2, 3 ou 5 filhos. Essa é uma grande notícia, para que vivemos num Estado. Deputada Idalina, onde não temos especialistas para tratar de diferentes patologias que se apresentam com a prática do aborto, o qual é feito de maneira irresponsáveis. Muitas adolescentes ou mães de famílias não têm condições de sustentar seus filhos, pois os maridos estão desempregados, então optam por fazer o aborto por conta própria e depois correm para o hospital,

atrapalhando o trabalho dos médicos, que vão ter que atender essas pessoas e deixam de tratar de outras patologias mais importantes.

Hoje, com tanta facilidade que existe, uma menina ficar gestante, é irresponsabilidade tanto do homem como da mulher, porque temos programas que ensinam como evitar a concepção. Alertam também para o problema das doenças sexualmente transmissíveis. Aborto é realmente um assassinato e muitas jovens ficam gestantes Deputado Moisés Diniz, por irresponsabilidade. Inclusive, eu tenho relato de moças que dizem: "Eu fiquei gestante, porque o meu namorado se recusou a usar o preservativo".

Quero aproveitar essa notícia que me deixou muito feliz e dizer ao Deputado Walter Prado que eu o parabeno por essa iniciativa de envolver os Deputados desta Casa, com a sociedade, de cumprir o seu papel de informar, de procurar alternativas, para que as nossas meninas deixem de se prostituir. E o Governo, juntamente conosco, encontraremos uma alternativa para que essas jovens saiam da prostituição, porque um Estado que tem cinquenta e um pontos de prostituição, é uma vergonha. Isso significa um descaso do Governo e das autoridades, pois falta alternativas de trabalho. Muitas dessas moças se jogam na prostituição, porque não têm como ajudar a sustentar seus pais e irmãos. Sem falar que muitas são órfãs e não são orientadas pelos seus familiares. Com isso, eu não quero dizer que pelo fato de você ser órfão, já é desculpa para se prostituir. Inclusive, eu sou órfã, perdi a minha mãe com um ano e oito meses, e nem por isso, eu e minha irmã nos prostituímos, nem meus irmãos se tornaram marginais. Então isso não é desculpa, o que falta é a presença do Governo.

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB – EM APARTE) – Deputada Antonia Sales, essas doenças são de cunho social. É a falência da família que está se desestruturando e com isso estão aparecendo doenças como: Homossexualismo, prostituição, drogas e tudo mais. É preciso encará-las como doenças da família e fazer alguma coisa para salvar essas famílias. Isso não é um assunto muito fácil para discutir. Mas dá margem para uma boa discussão, visando a salvação da família, que é a estrutura ou a célula viva da sociedade. Então, se nós não fizermos isso, não adianta discutir. Inclusive, o aborto é outro tema para muitos debates, principalmente quando ainda existem pessoas que não sabem o que é o aborto e quanto esse ato é prejudicial para a mulher. Por isso, temos que condenar o aborto como planejamento familiar. Quero parabenizar a nobre colega por abordar este tema, e acho que deveria ser feita uma sessão específica para discutir os problemas da família no Estado do Acre, onde seriam apresentadas alternativas que poderiam ajudar a solucioná-los.

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Obrigada, eu incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Portanto, eu quero dizer, Senhor Presidente, que esse tema convida a todos nós a chamar os segmentos da nossa sociedade. O que pensam o bispo, os médicos, os Promotores, o Secretário de Saúde e a sociedade como um todo, para tratarmos deste tema que realmente é complexo. Eu estarei na linha de frente, junto com o Deputado Walter Prado, para tratarmos deste assunto que realmente afinge a nossa sociedade, mas que nós temos que nos envolver e encontrar uma maneira de solucionar.

(Sem revisão do orador)

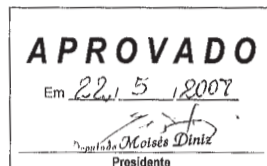
O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Obrigada Deputada Antonia Sales. Antes de encerrarmos a Sessão, gostaríamos de convidar os Deputados e Deputadas, já que temos um quorum bastante elevado, para participarem de uma reunião interna, para combinarmos duas questões: A nossa ida a Brasília, quinta-feira, e o debate da segunda-feira sobre a Reforma Política, tendo em vista que é o tema do dia no Congresso Nacional.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

## SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS



Estado do Acre  
Assembleia Legislativa  
Comissão de Constituição e Justiça e Redação



PROJETO DE LEI N. 13/2007  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a União - Tribunal de Contas da União - TCU."

PARECER N. 09/2007

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 13/2007, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a União - Tribunal de Contas da União - TCU."

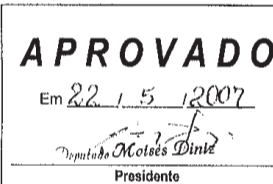
Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",  
22 de maio de 2007

Deputado **MOISÉS DINIZ**  
Relator

Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 Centro - CEP 69008 - 040 - Fone (68) 3223 1760 - 3223 1797 home page: aloc.ac.gov.br  
Subsecretaria de Atividades Legislativas - www.ajlf.ac.gov.br - Fone 3223 2010 Ramais 165 - 168



Estado do Acre  
Assembleia Legislativa  
Comissão de Constituição e Justiça e Redação



PROJETO DE LEI N. 13/2007  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a União - Tribunal de Contas da União - TCU."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a doação de uma área no município de Rio Branco, de propriedade do Estado do Acre, localizada no Centro Administrativo, medindo 4.845,00 m², para a União - Tribunal de Contas da União, conforme memorial descritivo abaixo:

### LIMITES E CONFRONTANTES

AO NORTE	Avenida 02
AO LESTE	Ministério Público Estadual
AO SUL	Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Loteamento Portal da Amazônia
AO OESTE	Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre

### DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice MP-36, de coordenadas N8.897.303,010m. e E625.575,790 m., situado no vértice que define limite com a Avenida 02 e o Ministério Público Estadual, deste, segue confrontando com o Ministério Público Estadual com azimute de 156°34'39" e distância de 74,56 m., até o vértice MP-35, de coordenadas N8.897.234,590 m. e E625.605,430 m., situado no vértice que define limite com o Ministério Público Estadual e a Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda; deste, segue confrontando com a Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda, com azimute de 235°44'32" e distância de 47,31 m., até o vértice M-3, de coordenadas N8.897.207,960 m. e E625.566,330 m., situado no vértice que define limite com a Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda e o Loteamento Portal da Amazônia; deste, segue confrontando com o Loteamento Portal da Amazônia, com azimute de 287°06'14" e distância de 34,44 m., até o

vértice PP-2, de coordenadas N8.897.218,090 m. e E625.533,410 m., situado no vértice que define limite com o Loteamento Portal da Amazônia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-AC; deste, segue confrontando com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-AC, com azimute de 357°37'06" e distância de 67,86 m., até o vértice PP-1, de coordenadas N8.897.285,890 m. e E625.530,590 m., situado no vértice que define limite com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-AC e a Avenida 02; deste, segue confrontando com a Avenida 02, com raio de 126,39 e desenvolvimento de 30,58 m.; deste segue confrontando com o seguinte azimute e distância: até o vértice MP-40, de coordenadas N8.897.295,740 m. e E625.559,460 m.; deste, segue com azimute de 66°00'06" e distância de 17,88 m., confrontando com até o vértice MP-36, de coordenadas N8.897.303,010 m. e E625.575,790 m., ponto inicial da descrição deste perímetro.

**Parágrafo único.** A área que trata este artigo será desmembrada do imóvel com matrícula sob o n. 10.991- SF, da 1ª Serventia de Imóveis da Comarca de Rio Branco, Acre.

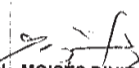
**Art. 2º** A área de terras mencionada no art. 1º é destinada, exclusivamente, à construção do edifício sede da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Acre.

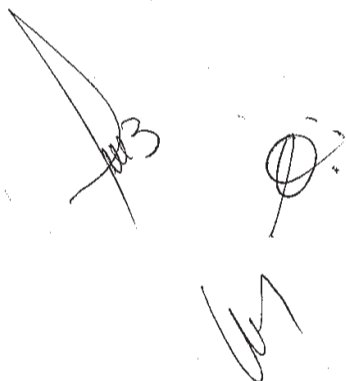
**Art. 3º** A União deverá finalizar a obra mencionada no art. 2º dentro de quatro anos, a contar da data de publicação desta lei.

**Parágrafo único.** Caso a obra não seja concluída no prazo estipulado no *caput* deste artigo, ou for dada outra finalidade à doação estabelecida nesta lei, o imóvel será revertido ao patrimônio do Estado do Acre, sem direito a indenização pelas benfeitorias realizadas.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",  
22 de maio de 2007

  
Deputado MOISÉS DINIZ  
Relator



**III - PARECER:**

**PRESIDENTE:** Deputado FRANCISCO CARTAXO (PT)

**VICE- PRESIDENTE:** Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

**TITULARES:**

**Deputados:**

TAUMATURGO LIMA (PT)  
DELORGEM CAMPOS (PSB)  
LUIZ CALIXTO (PDT)

**SUPLENTES:**

**Deputados:**

FRANCISCO VIGA (PT)  
NALUH GOUVEIA (PT)  
HELDER PAIVA (BPR)  
WALTER PRADO (PSB)  
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

Estado do Acre  
Assembleia Legislativa  
Comissão de Constituição e Justiça e Redação

**APROVADO**

Em 22.5.2007

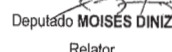
  
Deputado Moisés Diniz  
Presidente

PROJETO DE LEI N. 18/2007  
AUTORIA: MESA DIRETORA  
EMENTA: "Retifica Anexo XV da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004."

**PARECER N. 10 /2007**  
**REDAÇÃO FINAL**

A Comissão de Constituição e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 18/2007, de autoria da Mesa Diretora, que "Retifica Anexo XV da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",  
22 de maio de 2007

  
Deputado MOISÉS DINIZ  
Relator

Estado do Acre  
Assembleia Legislativa  
Comissão de Constituição e Justiça e Redação

**APROVADO**

Em 22.5.2007

  
Deputado Moisés Diniz  
Presidente

PROJETO DE LEI N. 18/2007  
AUTORIA: MESA DIRETORA  
EMENTA: "Retifica Anexo XV da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇA SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Anexo XV da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XV  
CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO ESPECIAL

DENOMINAÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR R\$
Secretaria Executiva	01	11.033,01
Secretarias Adjuntas; Consultoria Geral da Mesa Diretora; e Consultoria Legislativa	02 01 01	9.930,48
Subsecretarias; Direção Geral da Escola do Legislativo; Assessorias Especiais da Mesa Diretora; e Consultorias Técnica e Administrativa	06 01 03 02	8.826,67

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de abril de 2007.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",  
22 de maio de 2007

  
Deputado MOISÉS DINIZ  
Relator

III - PARECER:

PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO CARTAXO (PT)

VICE-PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)  
DELORGEM CAMPOS (PSB)  
LUIZ CALIXTO (PDT)

SUPLENTE:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)  
NALUH GOUVEIA (PT)  
HELDER PAIVA (BPR)  
WALTER PRADO (PSB)  
CHAGAS ROMÃO (PMDB)



Estado do Acre  
Assembleia Legislativa  
Comissão de Constituição e Justiça e de Redação  
Comissão de Orçamento e Finanças

APROVADO  
EM 22/05/07  
Deputado Delorgem Campos  
Presidente

PARECER N. 9 /2007  
PROJETO DE LEI N. 18/2007  
AUTORIA: MESA DIRETORA  
EMENTA: "Retifica o Anexo XV da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004."

RELATORIA: Deputado MOISÉS DINIZ

I - RELATÓRIO

Com amparo regimental no art. 65 da Resolução n. 86/90 - Regimento Interno da Assembleia reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças, para análise e parecer ao Projeto de Lei acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

Aduz o autor da matéria em sua justificativa que:

"Como é cediço, a Resolução n. 202, de 15 de dezembro de 2006 fixa o subsídio dos Deputados Estaduais para 12ª Legislatura, na razão de setenta por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais.

Por força do art. 13º, §§ 1º a 4º, da Lei n. 1566, de 4 de junho de 2004, o subsídio do Secretário Executivo da Assembleia Legislativa do Estado do Acre foi fixado em noventa por cento do percebido pelo Deputados Estaduais e o do Consultor Geral da Mesa, Subsecretários, Consultores-Chefes da Consultoria Técnica Legislativa e da Consultoria Jurídico Administrativo, além da Coordenadoria Especial de Recursos Humanos, em noventa, oitenta, setenta e cinquenta por cento, respectivamente do subsídio do Secretário Executivo.

Tendo havido reajuste do subsídio dos Deputados Estaduais, antes da entrada em vigor da Lei n. 1901, de 17 de maio de 2007, deve ser extensivo aos cargos anteriormente mencionado, para não se infringir direito líquido, certo e adquirido dos servidores ocupantes de tais cargos, o que contraria, frontalmente o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

Torna-se, também, indispensável à concessão do referido reajuste aos cargos de direção e assessoramento especial criados mediante Lei n. 1.901, de 2007: Secretárias Adjuntas, Consultoria Legislativa, Direção da Escola do Legislativo, Assessorias Especiais, sob pena de infringir os princípios que regem a Administração Pública, consagrados no art. 37, caput, da Excelsa Carta, além do Princípio da Razoabilidade, uma vez que poderá haver distorções inaceitáveis, como cargo de hierarquia superior tendo como contraprestação pelo seu exercício valores inferiores ao estabelecido para cargos hierarquicamente inferiores."

Assim preceitua o art. 54, caput, art.44 inciso I, ambos da Carta Política Acreana c/c o § 1º do art. 24 e 65 da Resolução n. 86/90, in verbis:

Carta Política Acreana:

"Art. 54: A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

Art. 44. Compete Privativamente à Assembleia Legislativa:

II - elaborar e votar o seu Regimento Interno, dispor sobre sua organização, política, criação, extinção e provimento de cargos, fixando-lhes os respectivos vencimentos e vantagens.

Regimento Interno:

"Art. 24. ...

§ 1º À Comissão de Constituição e Justiça e Redação, compete, ainda opinar e emitir parecer sobre aspecto constitucional, jurídico ou legal.

Art. 65. As Comissões poderão realizar reuniões conjuntas, que serão presididas pelo Presidente mais idoso.

Analisando a proposta pelo enfoque que nos é permitido pelo art. 24, § 1º, do Regimento Interno, nada há a objetar sobre a admissibilidade e propositura da matéria, que se justifica pelo atendimento às normas constitucionais supracitadas.

A propósito, o projeto em análise trará aumento da despesa com pessoal do Poder Legislativo, porém, tal despesa, será suportada pelo Orçamento em vigor.

O mesmo encontra-se de acordo com os ditames da Lei Complementar n. 101/2000 e com as Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, que permite tal adequação, não havendo, assim, óbices à sua aprovação.

II - PARECER

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 18/2007, cuja ementa: "Retifica o Anexo XV da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004.", respeitando, todavia, a soberana decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano Plenário deste Parlamento.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",  
22 de maio de 2007.

Deputado MOISÉS DINIZ  
Relator.

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO CARTAXO (PT)

VICE-PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)  
DELORGEM CAMPOS (PSB)  
LUIZ CALIXTO (PDT)

SUPLENTE:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)  
NALUH GOUVEIA (PT)  
HELDER PAIVA (BPR)  
WALTER PRADO (PSB)  
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado DELORGE CAMPOS (PSB)

VICE- PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)  
HELDER PAIVA (BPR)  
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

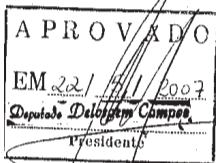
SUPLENTES:

Deputados:

FRANCISCO CARTAXO (PT)  
PERPETUA DE SÁ (PT)  
MOISÉS DINIZ (BPR)  
WALTER PRADO (PSB)  
LUIZ CALIXTO (PDT)



Estado do Acre  
Assembleia Legislativa  
Comissão de Constituição e Justiça e de Redação  
Comissão de Orçamento e Finanças



PARECER N. 10/2007  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 6/2007  
AUTORIA: MESA DIRETORA  
EMENTA: "Dispõe sobre o valor da cota de passagem aérea e do auxílio moradia devido mensalmente aos Deputados Estaduais."

RELATORIA: Deputado MOISÉS DINIZ

RELATÓRIO:

Usando da faculdade regimental inserta no art. 65 da Resolução n. 86/90, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e Orçamento e Finanças para exarar parecer ao Projeto de Resolução n. 6/2007, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A presente matéria visa alterar os valores das cotas de transporte concedidas aos deputados estaduais, objetivando desta forma corrigir os valores das cotas ora defasadas; o reajuste ora estabelecido está em perfeita sintonia com o Ato da Mesa Diretora n. 004, de 15 de março de 2007, da Câmara Federal e com o § 3º do art. 2º da Resolução n. 48-E, de 13 de março de 2003 da Assembleia Legislativa deste Estado.

Ressalte-se que a dotação orçamentária para atender as projeções de despesas decorrentes da aprovação do Projeto de Resolução em tela, correrão à conta de dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa do Acre.

Cristalino está que a propositura da presente matéria e sua conseqüente admissibilidade, encontram supedâneo no art. 44, inciso II, da Lei Maior do Estado, que prevê:

"Art. 44. Compete privativamente a Assembleia Legislativa:

II - elaborar e votar o seu Regimento Interno e dispor sobre sua organização, polícia, criação, extinção e provimento de cargos, fixando-lhes os respectivos vencimentos e vantagens;

II - PARECER

Do exposto e tendo em vista que a presente matéria encontra-se em estrita obediência aos ditames da Lei Maior Estadual, art. 44, inciso II, bem assim, com a legislação financeiro-orçamentária vigente, em conseqüência não encontrando nenhum óbice à sua propositura e admissibilidade, opino pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução n. 6/2007, cuja ementa "Dispõe sobre o valor da cota de passagem aérea e do auxílio moradia devido mensalmente aos Deputados Estaduais", de autoria da Mesa Diretora, respeitando, todavia, decisão dos demais membros destas Comissões e do Soberano Plenário desta Casa de Leis.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",  
22 de maio de 2007.

Deputado MOISÉS DINIZ  
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO CARTAXO (PT)

VICE-PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)  
DELORGE CAMPOS (PSB)  
LUIZ CALIXTO (PDT)

SUPLENTES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)  
NALUH GOUVEIA (PT)  
HELDER PAIVA (BPR)  
WALTER PRADO (PSB)  
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado DELORGE CAMPOS (PSB)

VICE- PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

TITULARES:

Deputados:

TAUMATURGO LIMA (PT)  
HELDER PAIVA (BPR)  
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTES:

Deputados:

FRANCISCO CARTAXO (PT)  
PERPETUA DE SÁ (PT)  
MOISÉS DINIZ (BPR)  
WALTER PRADO (PSB)  
LUIZ CALIXTO (PDT)



ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Ata da quarta reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, realizada em 9 de maio de 2007.

PRESIDÊNCIA: Deputado NOGUEIRA LIMA

Às nove horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado NOGUEIRA LIMA (PSB), de

conformidade com o que preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, presentes os Deputados **MOISÉS DINIZ (BPR)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **DELORGEM CAMPOS (PSB)** e **LUIZ CALIXTO (PDT)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo os Deputados **NOGUEIRA LIMA (PFL)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **PERPÉTUA DE SÁ (PT)**, **MOISÉS DINIZ (BPR)** e **DONALD FERNANDES (PSDB)**, foi aberta a reunião. Em seguida o Senhor Presidente tomou para si a relatoria do Projeto de Lei n. 14/2007, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Acre" e interrompeu a reunião pelo tempo necessário para emitir o Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o Parecer colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Maria do Socorro S. S. Trisch, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

 ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Ata da quinta reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, realizada em 10 de maio de 2007.

**PRESIDÊNCIA: Deputado TAUMATURGO LIMA**

Às nove horas e vinte e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **TAUMATURGO LIMA (PT)**, de acordo com o que preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, presentes os Deputados **MOISÉS DINIZ (BPR)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **DELORGEM CAMPOS (PSB)**, **LUIZ CALIXTO (PDT)** e **FRANCISCO VIGA (PT)**, suplente, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **PERPÉTUA DE SÁ (PT)**, **MOISÉS DINIZ (BPR)** e **DONALD FERNANDES (PSDB)**, da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, foi aberta a reunião com o objetivo de distribuir o Projeto de Lei n. 13/2007, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a União – Tribunal de Contas da União – TCU", no qual o Senhor Presidente tomou para si a relatoria. Em seguida a reunião foi suspensa pelo tempo necessário para a emissão do Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o Parecer colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Maria do Socorro S. S. Trisch, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

 Estado do Acre  
Assembléia Legislativa  
Comissão de Constituição e Justiça e de Redação  
Comissão de Orçamento e Finanças

Ata da sexta reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Orçamento e Finanças, realizada em 22 de maio de 2007.

**PRESIDÊNCIA: Deputado DELORGEM CAMPOS**

Às nove horas e cinquenta minutos, sob a Presidência do Deputado **DELORGEM CAMPOS (PSB)**, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, presentes os Deputados **MOISÉS DINIZ (BPR)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)** e **LUIZ CALIXTO (PDT)**, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e Comissão de Orçamento e Finanças os Deputados **DELORGEM CAMPOS (PSB)**, **TAUMATURGO LIMA (PT)**, **HELDER PAIVA (BPR)** e **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, foi aberta a reunião com o objetivo de distribuir o Projeto de Resolução n. 6/2007, que "Dispõe sobre o valor da cota de passagem aérea e do auxílio moradia devido mensalmente aos Deputados Estaduais" e Projeto de Lei n. 18/2007, que "Retifica o Anexo XV da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004", ambos da Mesa Diretora, sendo designado relator o Deputado Moisés Diniz. Em seguida, o Senhor Presidente interrompeu a reunião pelo tempo necessário para que os relatores emitissem seus Pareceres. Reabertos os trabalhos, foram os Pareceres submetidos à discussão e votação e aprovados por unanimidade, momento em que foram encaminhados à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Maria do Socorro S.S. Trisch, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

## DIVERSOS

ESTADO DO ACRE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 33ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 30 de maio de 2007.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Nogueira Lima**

Às dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Nogueira Lima**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Naluh Gouveia**, **Perpétua de Sá** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz** e **Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Donald Fernandes** e **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Elsion Santiago** e **José Luís**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Maria Antonia**, Partido Progressista – PP; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT e **Zé Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN, ausentes os Deputados **Chico Viga**, **Juarez Leitão**, **Mazinho Serafim**, **Moisés Diniz**, **Helder Paiva**, **Antonia Sales**, **Walter Prado** e **Gilberto Diniz**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do Dia constou de: **Requerimento n. 52/2007**, do Deputado Luiz Calixto, Líder do PDT, solicitando ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, a remessa de todos os atos relativos ao contrato firmado entre o Departamento Estadual de Trânsito e a empresa Eliseu Kopp & Cia Ltda, com a finalidade de locar e monitorar os radares medidores de velocidade nas vias de Rio Branco, ou seja: 1 – Cópia autêntica do edital de licitação; 2- Cópia autêntica das atas da Comissão de Licitação que promoveu o certame em objeto; 3 – Contrato principal e aditivo correspondentes e 4 – Pagamentos efetuados desde a assinatura do contrato original; **Projeto de Lei n. 19/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada **Idalina Onofre**, Líder do PPS, que "Dispõe sobre a campanha de repúdio aos crimes de violência praticados contra a mulher"; **Indicação n. 42/2007**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada **Perpétua de Sá**, do PT, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, **Arnóbio Marques de Almeida Júnior**, solicitando que seja viabilizado à população do Município de Marechal Taumaturgo os seguintes itens: - recuperação completa do aeródromo daquele Município; - homologação da pista de pouso do aeródromo de Marechal Taumaturgo; **Indicação n. 43/2007**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada **Perpétua de Sá**, do PT, encaminhando ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, **Arnóbio Marques de Almeida Júnior**, o Anteprojeto de Lei, que "Dispõe sobre a criação da Ouvidoria de Saúde do Acre e dá outras providências"; **Moção de Protesto n. 07/2007**, acompanhada de justificativa, de autoria das Deputadas **Naluh Gouveia**, **Maria Antonia**, **Perpétua de Sá**, **Antonia Sales** e **Idalina Onofre**, o qual manifesta "Moção de Protesto ao Deputado Federal **Clodovil Hernandez** pela agressão verbal à Deputada **Cida Diogo** e as mulheres brasileiras em 09/05/2007". Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados: **Idalina Onofre**, Líder do PPS; **Donald Fernandes**, Líder do PSDB. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, registrou a presença dos profissionais de Radiologia no plenário e informou que a Mesa estaria somando esforço a propositura dessa classe. Dando continuidade, usaram da palavra os Deputados **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Taumaturgo Lima**, Líder do PT e **Nogueira Lima**, Líder do DEM. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que iriam realizar o Grande Expediente e na sequência receberiam os Vereadores de Brasília, os quais estariam acompanhados de lideranças e de trabalhadores rurais da fronteira. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados, **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Naluh Gouveia**, do PT; **Chagas Romão**, Líder do PMDB; **Donald Fernandes**, Líder do PSDB, que foi apartado pelo Deputado Luiz Calixto; **José Luís**; **Nogueira Lima**, Líder do DEM. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, solicitou ao plenário que antes de receber os Vereadores de Brasília, realizassem a Ordem do Dia, para que pudessem votar dois Projetos que deverão ser encaminhados à Redação Final. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Segunda Discussão e Segunda Votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 18/2007**, de autoria da **Mesa Diretora** que, " Retifica Anexo XV da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 13 (treze) votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou que a referida Matéria iria

Redação Final; O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Segunda Discussão e Segunda Votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 13/2007**, de autoria do **Poder Executivo** que, "Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a União - Tribunal de Contas da União - TCU". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 13 (treze) votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou que a referida Matéria iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 52/2007**, de autoria do Deputado Luiz Calixto, solicitando a remessa, de todos os atos relativos ao contrato firmado entre o Departamento Estadual de Trânsito e a empresa Eliseu Kopp & Cia Ltda, com a finalidade de locar e monitorar os radares medidores de velocidade nas vias de Rio Branco. Em discussão, não houve oradores. Em discussão, foi aprovado por 13 (treze) votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 53/2007**, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando à Mesa Diretora, que encaminhe ao Diretor Geral da Polícia Federal, Delegado Paulo Lacerda, sediado em Brasília - DF, carta em anexo. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou a Deputada Naluh Gouveia que seu **Requerimento** foi deferido. Encerrada a Ordem do Dia. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, pediu uma salva de palmar ao 2º Secretário, que estreou na tribuna. Solicitou, ainda, ao Líderes de Partidos, que num gesto de boas-vindas, conduzissem a equipe de Brasília ao Plenário. E suspendeu a Sessão (PAUSA) Reaberta a Sessão e, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às doze horas e cinquenta e nove minutos, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E, para constar, eu....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

1º Secretário

2º Secretário

**ESTADO DO ACRE**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES**

Ata da 34ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 5 de junho de 2007.

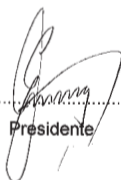
Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Luiz Calixto**

Às dez horas e doze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Luiz Calixto**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Juarez Leitão**, **Mazinho Serafim**, **Ney Amorim** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores - PT; **Moisés Diniz**, do Bloco Popular Republicano - BPR; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; **Donald Fernandes** e **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; **Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro - PSB; **Eison Santiago** e **José Luís**, do Partido da Mobilização Nacional - PMN; **Maria Antonia**, do Partido Progressista - PP; **Nogueira Lima**, do Democratas - DEM; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista - PPS; **Zé Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional - PTN e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil - PT do B, ausentes os Deputados **Chico Viga**, **Naluh Gouveia**, **Perpétua de Sá**, **Helder Paiva** e **Delorgem Campos**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O **Expediente do Dia** constou de: **Projeto de Lei n. 20/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, o qual diz que "Fica instituído na rede pública de ensino estadual a semana da conservação escolar"; **Indicação n. 44/ 2007**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Donald Fernandes, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando que viabilize estudo para enviar a esta Casa Legislativa Projeto de Lei, aplicando aos profissionais em Radiologia do Estado do Acre a jornada de trabalho de 24 horas semanais e o salário mínimo profissional;

**OF/GA/N. 133/2007**, do Excelentíssimo Senhor Arnóbio Marques, Governador do Estado do Acre, em resposta ao Ofício n. 145/GABP/2007; **Ofício n. 441/GDPG**, da Senhora Angélica Maria Silveira Gouveia Lopes, Defensora Pública Geral, encaminhando a ficha de frequência da Servidora Miranir Correia Matos; **Ofício n. 212 G.D.N.G/ALEAC**, do Senhor Antonio Ecídio, Assessor Parlamentar, comunicando que a Deputada Naluh Gouveia, no dia 05/06/07, estaria proferindo palestra sobre o tema: A mulher nas Estâncias do Poder, em Senador Guimard; **Ofício n. 391/GDPG**, da Senhora Angélica Maria Silveira Gouveia Lopes, Defensora Pública Geral, em resposta ao OF. n. 197, de 16 de maio de 2007; **Ofício n. 335 - CRE**, do Meritíssimo Juiz de Direito Dr. Wellington de Carvalho Coelho, Corregedor Regional Eleitoral, encaminhando decisão proferida nos autos da Ação Penal de Competência Originária n. 14, que figuram como partes o Ministério Público Eleitoral versus Luiz Gonzaga Alves Filho, onde deferiu o pedido de sustentação do processo enquanto durar o mandato do Deputado Estadual do réu; **Ofício n. 334 - CRE**, do Meritíssimo Juiz de Direito Dr. Wellington de Carvalho Coelho, Corregedor Regional Eleitoral, encaminhando decisão proferida nos autos da Ação Penal de Competência Originária n. 1, que figuram como partes o Ministério Público Eleitoral versus José Elson Santiago de Melo, onde deferiu o pedido de sustentação do processo enquanto durar o mandato do Deputado Estadual do réu e **OF.GAPRE N. 375/07**, da Desembargadora Izaura Maia, Presidente do Poder Judiciário do Estado do Acre, encaminhando cópia da Portaria n. 524/07 que revoga a lotação e função de confiança (FC 1) do servidor Cleodilson de Freitas Macambira, por força da CI n. 112/07. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados: **Taumaturgo Lima**, Líder do PT; **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Idalina Onofre**, Líder do PPS; **Moisés Diniz**, Líder do BPR; **Donald Fernandes**, Líder do PSDB; **Nogueira Lima**, Líder do DEM. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados: **Taumaturgo Lima**, Líder do PT, que foi aparteado pelos Deputados Moisés Diniz, Walter Prado e Luiz Calixto. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, falou que não precisaria dizer que foi agredido, aqui, na sua pessoa. Informou ainda que, quando se referiu ao BASA, referiu-se a um fato. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, perguntou ao Deputado Luiz Calixto, qual seria a Questão de Ordem. Em **Questão de Ordem**, o Deputado Luiz Calixto, sugeriu que à Mesa Diretora, requisitasse da Secretaria da Fazenda e do Ministério Público Estadual documentos que possam informar à Assembléia, ao povo acreano e ao Deputado Taumaturgo Lima, se consta algum ato que desabone a sua conduta funcional. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou ao Deputado Luiz Calixto que a Mesa acataria a sua sugestão. Dando continuidade usou da palavra o Deputado **Moisés Diniz**, Líder do BPR, que foi aparteado pelos Deputados Luiz Calixto e Nogueira Lima. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou aos Deputados Luiz Calixto e Nogueira Lima, que depois do debate levantado aqui, na Casa, pela Deputada Idalina, a Mesa Diretora encaminhou ao gabinete do Governador, um documento solicitando a realização de concurso definitivo. Informou ainda, que como Presidente da Casa, foi convidado a ir ao gabinete do Governador, para participar de uma reunião, onde foi explicado a impossibilidade da realização de um concurso definitivo naquele momento. Depois disso a Assembléia foi comunicada, oficialmente, da realização do concurso definitivo e foi sugerido que indicasse um Parlamentar para acompanhar esse processo. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Taumaturgo Lima**, Líder do PT, solicitou à Mesa Diretora que encaminhasse um documento ao Banco da Amazônia, pedindo esclarecimentos sobre aquela questão do Banco Santos, principalmente com relação ao envolvimento do Presidente, há época, dessa instituição. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, Líder do PDT, solicitou à Mesa Diretora que requisitasse uma cópia da solicitação feita pelo Governador do Estado à Mesa acerca deste concurso. E solicitou ainda, a cópia do documento que a Mesa Diretora encaminhou como resposta. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou que encaminharia ao Deputado Luiz Calixto, a cópia do documento recebido, como também o posicionamento da Mesa Diretora ao Governo. Dando continuidade, usou da palavra o Deputado **Donald Fernandes**, Líder do PSDB. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, solicitou à taquigrafia que retirasse do pronunciamento do Deputado Donald Fernandes a palavra "ladrão". Na sequência o Deputado Donald Fernandes, solicitou que substituisse a palavra "ladrão" por "aloprado". O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, solicitou à taquigrafia que também retirasse a palavra aloprado e falou que iria excluir qualquer palavra que esteja em desacordo com o decoro parlamentar. Na sequência usaram da palavra os Deputados **Walter Prado**, do PSB; **José Luís**, Líder do PMN; **Nogueira Lima**, Líder do DEM e **Idalina Onofre**, Líder do PPS. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 51/2007**, de autoria do Deputado Nogueira Lima, solicitando licença para tratamento de saúde, pelo prazo de cento e vinte e um dias. Em discussão, não houve oradores. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou ao Deputado Nogueira Lima, que seu **Requerimento** foi deferido e o encaminharia à Junta Médica da Casa. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 54/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Excelentíssimo Senhor Arnóbio Marques, Governador/

do Estado do Acre, que o Hospital do Câncer, a ser inaugurado, seja denominado: Francisco Rildo Cartaxo Nobre. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 16 (dezesesseis) votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário, procedeu à leitura do **Requerimento n. 55/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Idalina Onofre, solicitando ao Senhor Secretário Estadual de Saúde as seguintes informações: 1 – Cópia do contrato/convênio de transferência de administração do Hospital Público Vale do Juruá para terceiros. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 16 (dezesesseis) votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. Encerrada a Ordem do Dia. Aberta a **Explicação Pessoal**, uso da palavra o Deputado **Luiz Calixto**, Líder do PDT, que foi aparteado pelos Deputados Moisés Diniz, Donald Fernandes e Nogueira Lima. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, esclareceu que o comportamento da Mesa, desde o dia primeiro de fevereiro, tem sido amplamente democrático com os companheiros. Independentemente de qualquer posição. Esclareceu ainda, que a seleção dos currículos se deu no período em que os vinte Deputados estavam em Porto Alegre e a Presidência achou por bem designar o Deputado Moisés Diniz como representante da Casa, para acompanhar, como órgão fiscalizador, o desenrolar dos fatos. Informou ainda, que toda semana chegam ofícios solicitando que a Mesa designe um Parlamentar para acompanhar o Conselho dos Nutricionistas e outros, então a Mesa irá determinar qual Deputado irá integrar o conselho. Em **Questão de Esclarecimento** o Deputado **Luiz Calixto**, Líder do PDT, falou que é inquestionável a postura da Mesa com relação aos Parlamentares, porém o Senhor Presidente haverá de reconhecer que a Mesa não tem poderes para interferir nas Comissões e que o Deputado Moisés Diniz está na bancada analisadora na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Disse também que apesar da Mesa Diretora ser democrática, a Oposição não foi consultada para participar dessa banca, o que seria natural e correto. Falou também, que concorda, em parte, com o pronunciamento do Presidente; discorda apenas com relação aos poderes da Mesa Diretora, principalmente, no que diz respeito ao papel das Comissões. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, disse ao Deputado Luiz Calixto, que a Mesa não interferiu no papel das Comissões tão pouco no posicionamento da Oposição e que o Deputado Luiz Calixto externou a opinião da Oposição de não participar desse processo, porque seria a raposa cuidando do galinheiro. Informou também que a Mesa tem autonomia para determinar o nome de qualquer Deputado. Em **Questão de Esclarecimento**, o Deputado Donald Fernandes, Líder do PSDB, falou que aceita o pedido de desculpas, mas que a Mesa teria que ser mais democrática com a Oposição e a Situação. Dando continuidade usou da palavra o Deputado Moisés Diniz, Líder do BPR. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às doze horas e nove minutos, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E, para constar, eu..... *Blunheiro*..... lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

  
.....  
Presidente

.....  
1º Secretário

  
.....  
2º Secretário

**ESTADO DO ACRE**

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES**

Ata da 35ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 6 de junho de 2007.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Gilberto Diniz**

Às dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Gilberto Diniz**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Mazinho Serafim**, **Naluh Gouveia**, **Ney Amorim**, **Perpétua de Sá** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT;

**Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Elson Santiago e José Luís**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Maria Antonia**, Partido Progressista – PP; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT, ausentes os Deputados **Chico Viga**, **Juarez Leitão**, **Luiz Gonzaga**, **Delorgem Campos e Zé Carlos**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O **Expediente do Dia** constou de: Ofício **GAB/CG n. 47/2007**, de autoria do Deputado Estadual, Celso Giglio, encaminhando ao Presidente da Casa, Deputado Edvaldo Magalhães, a minuta que sugere modificações à Proposta de Emenda à Constituição n. 50/2007, que tem por objeto a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União – DRU e a contribuição sobre Movimentação Financeira – CPMF; **CARTA**, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, Walton Alencar Rodrigues, solicitando o endereço eletrônico de cada um dos Deputados desta Casa, para que possam receber as informações prestadas pelo Tribunal, ao final de cada sessão de suas Câmaras e do Plenário; **OF/PJDC/AC/n.62/2007**, de autoria da Promotora de Justiça, Alessandra Garcia Marques, comunicando que ajuizou, até o presente momento, 3 (três) Ações Cíveis Públicas – Algumas já em fase recursal – em desfavor do Município de Rio Branco, nas datas de dezembro de 2002, abril de 2003 e junho de 2006, tratando, respectivamente, dos seguintes temas: reduzir o valor da tarifa de transporte coletivo urbano (autos nº 001.02.015994-4), obrigar a Municipalidade a realizar processo licitatório para contratação de empresas prestadoras do serviço de transporte coletivo urbano (autos nº 001.03.003514-8) e, ante ao reincidente abuso do poder público, mais uma vez, reduzir o valor da tarifa em comento (autos nº 001.06.009685-4 no âmbito dessa Promotoria Especializada. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados: **Naluh Gouveia**, do PT; **Gilberto Diniz**, do PT do B; **Mazinho Serafim**, do PT e **Helder Paiva**, do BPR. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados: **Naluh Gouveia**, do PT, que foi apartada pelos Deputados Walter Prado e Idalina Onofre; **Antonia Sales**, do PMDB; **Walter Prado**, do PSB e **Idalina Onofre**, do PPS, que foi apartada pelo Deputado Walter Prado. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 56/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Donald Fernandes, solicitando que seja realizada no dia 21 de junho, do corrente, Sessão Solene alusiva a Semana Nacional Antidrogas, com a participação de entidades que trabalham no combate a Dependência Química no nosso Estado. Em Questão de Ordem a Deputada Naluh Gouveia, falou que iria apresentar um Requerimento com igual teor e perguntou ao Deputado Donald se ele concordaria em marcar essa Sessão Solene para o dia dezoito, porque há uma programação das entidades, que vai do dia dezoito ao dia vinte e seis. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou a Deputada Naluh, que Deputado Donald já teria tratado com a Presidência sobre esta data e foi sugerido que a Sessão Solene fosse realizada dia 21, visto que dia 18 estariam fazendo o debate sobre Reforma Política. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 15 (quinze) votos. O Senhor Presidente Edvaldo Magalhães, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. Está encerrada a Ordem do Dia. Aberta a **Explicação Pessoal**, usaram da palavra os Deputados **Tarcísio Medeiros**, do PPS, que foi aparteado pelos Deputados Luiz Calixto e Idalina Onofre e **Chagas Romão**, Líder do PMDB. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às onze horas e quarenta minutos, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E, para constar, eu..... *Blunheiro*..... lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

  
.....  
Presidente

.....  
1º Secretário

  
.....  
2º Secretário

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:** Moisés Diniz BPR  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Taumaturgo Lima	PT
Delorgem Campos	PSB
Luiz Calixto	PDT

**Suplentes:**  
**Deputados:**

Francisco Viga	PT
Naluh Gouveia	PT
Helder Paiva	BPR
Walter Prado	PSB
Chagas Romão	PMDB

**Reuniões:** Terça-feira 9h

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**Presidente:** Deputado Delorgem Campos PSB  
**Vice-Presidente:** Deputado Francisco Viga PT  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Taumaturgo Lima	PT
Helder Paiva	BPR
Chagas Romão	PMDB

**Suplentes:**

**Deputados:**

Perpetua de Sá	PT
Moisés Diniz	BPR
Walter Prado	PSB
Luiz Calixto	PDT

**Reuniões:** Terça-feira 9h

### COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

**Presidente:** Deputado Nogueira Lima PFL  
**Vice-Presidente:** Deputado Taumaturgo Lima PT  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Perpétua de Sá	PT
Moisés Diniz	BPR
Donald Fernandes	PSDB

**Suplentes:**

**Deputados:**

Francisco Viga	PT
Naluh Gouveia	PT
Helder Paiva	BPR
Antônia Sales	PMDB
Luiz Gonzaga	PSDB

**Reuniões:** Quarta-feira 9h

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

**Presidente:** Deputado Gilberto Diniz PT do B  
**Vice-Presidente:** Deputado José Carlos PTN  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Mazinho Serafim	PT
José Luís	PMN

**Suplentes:**

**Deputados:**

Taumaturgo Lima	PT
Francisco Viga	PT
Nogueira Lima	PFL

Donald Fernandes PSDB

**Suplentes:**

**Deputados:**

Perpétua de Sá	PT
Helder Paiva	BPR
Nogueira Lima	PFL
Gilberto Diniz	PT do B
Luiz Gonzaga	PSDB

**Reuniões:** Terça-feira 9h

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

**Presidente:** Deputada Naluh Gouveia PT  
**Vice-Presidente:** Deputada Antônia Sales PMDB  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Moisés Diniz	BPR
Maria Antônia	PP
Luiz Gonzaga	PSDB

**Suplentes:**

**Deputados:**

Perpétua de Sá	PT
Helder Paiva	BPR
Walter Prado	PSB
Luiz Calixto	PDT
Donald Fernandes	PSDB

**Reuniões:** Quarta-feira 9h

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Presidente:** Deputado Helder Paiva BPR  
**Vice-Presidente:** Deputada Perpétua de Sá PT  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Idalina Onofre	PPS
José Carlos	PTN
Nogueira Lima	PFL

**Suplentes:**

**Deputados:**

Chagas Romão	PMDB
Moisés Diniz	BPR
José Luís	PMN
Luiz Calixto	PDT

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

**Presidente:** Deputado Walter Prado PSB  
**Vice-Presidente:** Deputado Gilberto Diniz PT do B  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Francisco Viga	PT
Nogueira Lima	PFL
Maria Antônia	PP

**Suplentes:**

**Deputados:**

Mazinho Serafim	PT
Delorgem Campos	PSB
Moisés Diniz	BPR
Taumaturgo Lima	PT

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Presidente:** Deputado José Luís PMN  
**Vice-Presidente:** Deputado Chagas Romão PMDB  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Helder Paiva	BPR
Delorgem Campos	PSB

**Suplentes:**

**Deputados:**

Naluh Gouveia	PT
Moisés Diniz	BPR
Walter Prado	PSB
Idalina Onofre	PPS
Gilberto Diniz	PT do B

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO,

AGRICULTURA,  
MEIO AMBIENTE

B

PT  
BPR  
PMDB  
PTN  
PSDB

### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

**Editado pela:**

Subsecretaria de Publicidade e  
Comunicação Social

**Diretor Responsável:**

João Roberto Braña Bezerra  
Inscrição 13198

**Coordenadora de Redação e Revisão  
de Atas:**

Juscelina Barbosa Pinheiro

**Apoio:**

Coordenadoria de Comunicação Social  
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.